

## Relações Internacionais

Curso de pós-graduação oferecido em parceria inovadora por UNESP, Unicamp e Puc-SP contribui para a formação de pesquisadores e profissionais mais

qualificados numa área em crescimento que demanda cada vez mais competência. **(Págs. 8, 9 e 10)**



Paulo Zilberman



### ENCARTE

### Pró-fármacos

**(Pág. 5)**

### Dores de cabeça

Origem pode ser muscular

**(Pág. 7)**



Montagem a partir de obras de Giotto e Vermeer e bico-de-pena sobre o universo de Marcel Proust

### Diálogo artístico

Livro relaciona Proust a artistas plásticos

**(Pág. 16)**

## Desenvolvimento institucional

Colocada como prioridade do governo Lula para este ano, a Reforma Universitária vem suscitando debates em todo o País. Os principais pontos em comum indicam a preservação de alguns valores, como liberdade de pensamento, respeito à pluralidade de opiniões, intercâmbio de idéias entre as diversas áreas da ciência e da cultura, manutenção de um elevado padrão ético no desenvolvimento do conhecimento e da pesquisa, compromisso com a sociedade e preservação do espírito questionador e da criatividade, já que, historicamente, a universidade sempre teve a importante função de propor novos caminhos.

A universidade necessita, portanto, de uma gestão modernizada que preserve o que ela tem de melhor e que promova uma interação de suas atividades com os setores produtivos, principalmente na esfera tecnológica, e com a disseminação do conhecimento em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

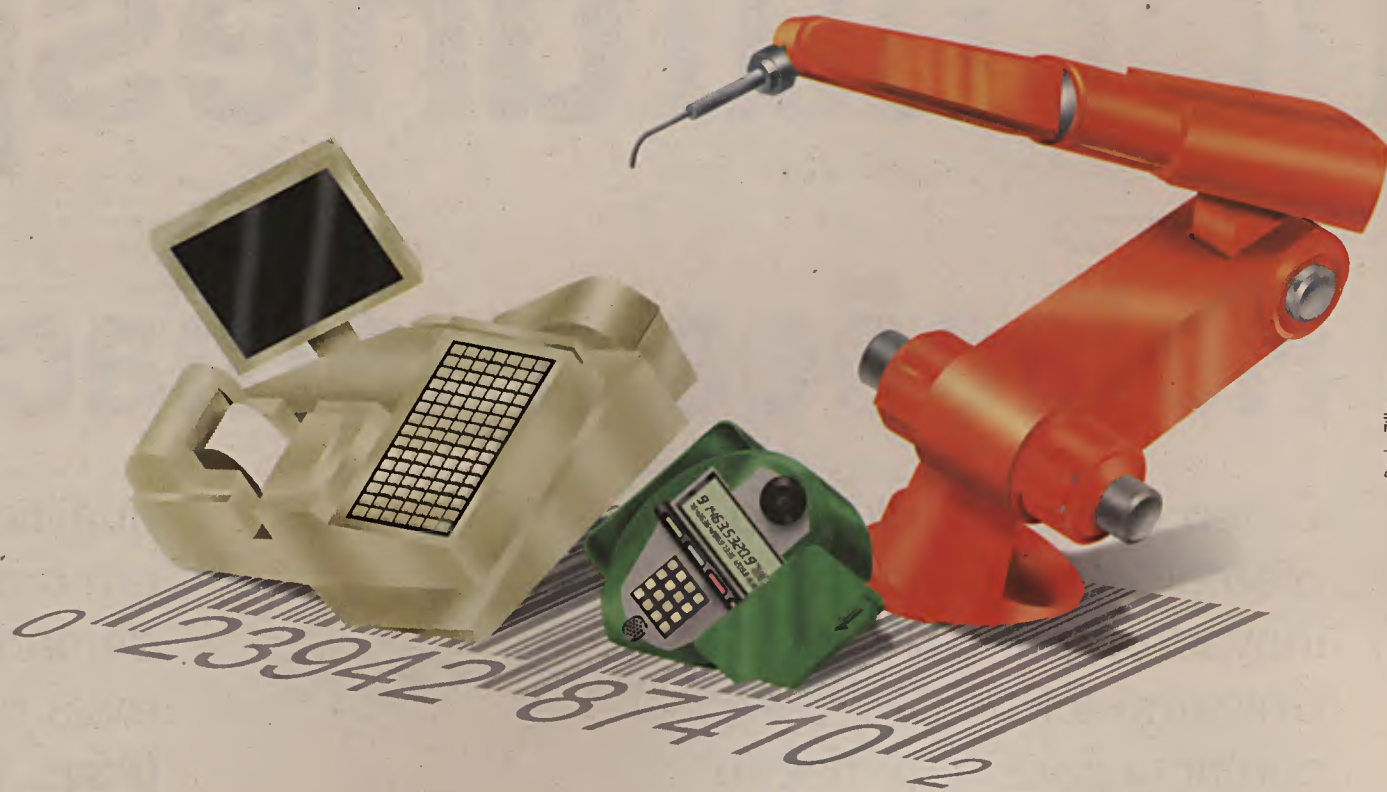
Pela sua importância no Estado de São Paulo e no País, a UNESP tem o compromisso de alimentar, interna e externamente, esse debate. Nesse sentido, a Universidade, por intermédio de sua Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp), já realizou dois debates, ambos na sede da Fundação Unesp, em São Paulo, sobre a reforma universitária.

O primeiro, em 2 de março, contou com a presença dos filósofos Marilena Chauí e Sérgio Cardoso, professores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Em 10 de maio, foi a vez dos economistas Cláudio de Moura Castro e Paulo Renato Souza debaterem a reforma universitária.

Nesta edição, o *Jornal UNESP* traz um encarte sobre o tema, realizado numa parceria entre a Propp e a Assessoria de Comunicação e Imprensa. Há nele entrevistas com quatro ex-reitores da Universidade, além de artigos de oito docentes da instituição que, cada um dentro de um enfoque, oferecem visões diferenciadas e ricas contribuições para o debate.

Não se busca com este encarte, é evidente, produzir uma proposta acabada de reforma, mas sim incluir, na agenda da UNESP, a discussão do futuro da universidade brasileira – principalmente da pública –, levando sempre em conta a preservação de conquistas do passado – como a autonomia no caso das universidades paulistas – e os desafios do presente, para que, no futuro, exista um sistema universitário nacional capaz de promover o desenvolvimento institucional do setor.

José Carlos Souza Trindade



Paulo Zilberman

## O que faz o mecatronista?

STEVEN F. DURRANT

“Mecatrônica” é uma palavra inventada em 1969 por um engenheiro de uma companhia japonesa, Yaskawa, que juntou o “meca” do mecanismo com a “trônica” da eletrônica. Esta área envolve tanto a Engenharia Mecânica quanto a Eletrônica e a Computação. Assim, é uma profissão interdisciplinar, requerendo uma base forte nas Ciências Exatas. Nossos alunos, no curso inaugurado em 2003 de Engenharia de Controle e Automação, também chamada Mecatrônica, da Unidade Diferenciada Sorocaba/Iperó levarão cinco anos para adquirir a base considerada necessária para exercer esta profissão.

Sorocaba é um excelente local para oferecer um curso nesta área, pois conta com aproximadamente 1.500 empresas do ramo ou de áreas afins. A versatilidade do mecatronista e a diversidade de áreas em que ele atua garante o futuro deste profissional. A área é tão importante, que já conta com cursos oferecidos em faculdades de excelência como a Unicamp e a Escola Politécnica da USP.

Mas, afinal, o que fazem os mecatronistas? Vamos ver alguns exemplos. É de conhecimento geral que o transporte no Brasil apresenta inúmeros problemas graves. Entre eles, a altíssima taxa de 20 mil mortes por ano em acidentes de trânsito, causadas, em grande parte, por

motoristas que, com frequência, dirigem sem prestar atenção ou estão embriagados, insistem em usar o seu celular ao volante, excedem o limite de velocidade, etc.

É claro que melhorias em educação dos motoristas e fiscalização das leis do trânsito ajudariam, mas sem dúvida um sistema eletrônico de controle de veículos (escolha da rota, controle das acelerações, velocidades...) reduziria maciça e subitamente a taxa de mortes por acidentes de carro. O mecatronista é envolvido no projeto e implementação de tais sistemas, além de muitos outros ligados ao automobilismo, como freios antiderrapagem (ABS), rastreamento por satélite, minimização do consumo de combustível e da emissão de poluentes por sistemas eletromecânicos. Estes exemplos demonstram o amplo impacto do trabalho desse profissional em diversas áreas da sociedade, como segurança, combate ao crime, conservação de energia e medidas para a preservação ambiental.

O mecatronista também atua em robótica. Robôs são usados em linhas de produção de carros desde os anos 1970, depois da invenção dos primeiros microprocessadores, sendo cada vez mais aperfeiçoados para trabalhar com eficácia, eficiência e rapidez. São utilizados também na exploração dos planetas e em

outros ambientes hostis, como nas profundezas dos oceanos e em reatores nucleares. Mais recentemente, começaram a ser usados em hospitais. É inevitável que o número e diversidade destas aplicações aumente.

O uso de sistemas automáticos, incluindo robôs, em operações cirúrgicas está em expansão. Endoscopias empregando imagens fornecidas por uma fibra óptica inserida no paciente permitem a cirurgia menos invasiva, incluindo a possibilidade do uso de robôs para fazer cortes cirúrgicos e suturas. As vantagens destes procedimentos são cortes menores e, conseqüentemente, uma recuperação mais rápida. Além disso, o robô não se cansa e suas mãos não tremem. O mecatronista está envolvido nesses desenvolvimentos junto com os médicos e os engenheiros biomédicos.

Para quem está pensando em uma possível carreira, gosta de engenharia, de desafios e de uma chance de contribuir para a sociedade, a Mecatrônica merece, portanto, cuidadosa consideração.

Steven F. Durrant é físico e ministra aulas de Álgebra Linear no curso de Engenharia de Controle e Automação da Unidade Diferenciada de Sorocaba/Iperó da UNESP. [steve@sorocaba.unesp.br](mailto:steve@sorocaba.unesp.br)

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor: José Carlos Souza Trindade  
Vice-reitor: Paulo Cezar Razuk  
Pró-reitor de Administração: Roberto Ribeiro Bazilli  
Pró-reitor de Graduação: Wilson Galhego Garcia  
Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Marcos Macari  
Pró-reitor de Extensão Universitária: Benedito Barraviera  
Secretário Geral: Osvaldo Aulino da Silva  
Chefe de Gabinete e coordenador executivo do *Campus do Litoral Paulista* (São Vicente): Luiz Antonio Vane  
Assessoria de Informática: Adriano M. Cansian e Gérson Francisco  
Assessoria Jurídica: Sandra Julien Miranda  
Assessoria de Planejamento e Orçamento: Alcides Padilha  
Assessoria de Relações Externas e Comissão Especial de Orçamento e Finanças: José Afonso Carrijo de Andrade  
Diretores das Unidades Universitárias: Paulo Roberto Botacin (FO-Araçatuba), Luiz Marcos da Fonseca (FCF-Araraquara), Rosemary Adriana Chiéri Marcantonio (FO-Araraquara), José Antonio Segatto (FCL-Araraquara), Elizabeth Berwerth Stucchi (IQ-Araraquara), Antonio Celso Ferreira (FCL-Assis), José Carlos Plácido da Silva (FAAC-Bauru), José Brás Barreto de Oliveira (FC-Bauru), Lauro Henrique Mello Chueiri (FE-Bauru), Carlos Antonio Gamero (FCA-Botucatu), Marilza Vieira Cunha Rudge (FM-Botucatu),

José Roberto Corrêa Saglietti (IB-Botucatu), Luiz Carlos Vulcano (FMVZ-Botucatu), Hélio Borghi (FHDSS-Franca), Tânia C. A. M. de Azevedo (FE-Guaratinguetá), Vicente Lopes Júnior (FE-Ilha Solteira), Roberval Daiton Vieira (FCAV-Jaboticabal), Maria Cândida Del-Masso (FFC-Marília), Neri Alves (FCT-Presidente Prudente), Amilton Ferreira (IB-Rio Claro), Maria Rita Caetano Chang (IGCE-Rio Claro), Johnny Rizzieri Olivieri (Ibilce-São José do Rio Preto), Paulo Villela Santos (FO-São José dos Campos) e Marisa Trench de Oliveira Fonterrada (IA-São Paulo).  
Coordenadores executivos das Unidades Diferenciadas: José Antonio Marques (Dracena), Paulo Torres Fenner (Itapeva), Maurício de Agostinho Antonio (Ourinhos), João Suzuki (Registro), Francisco Antonio Bertoz (Rosana), Galdenoro Bortura Júnior (Sorocaba/Iperó) e Elias José Simon (Tupã).



GOVERNO DO ESTADO DE  
SÃO PAULO  
CUIDANDO DE GENTE

Governador: Geraldo Alckmin

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO  
Secretário: João Carlos de Souza Meirelles

Jornal unesp

Assessor-chefe: Cesar Mucio Silva

Editor: Oscar D'Ambrosio

Redação: Genira Chagas

Fotografia: Regina Agrella

Programação Visual: J&I Artes Gráficas

Colaboraram nesta edição: André Louzas, Julio Zanella e

Maristela Garmes (texto); Amâncio Chiodi, Daniele Frederico e

Hélcio Toth (fotografia); Orlando e Paulo Zilberman (ilustração)

Produção: Mara Regina Marcato

Revisão: Maria Luiza Simões

Versão on-line: Priscila Beatriz Alves Andreghetto

Tiragem: 25.000 exemplares

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado

mensalmente pela Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI).

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida,

desde que citada a fonte.

Endereço: Alameda Santos, 647, 4º andar, CEP 01419-901, São

Paulo, SP. Telefone (0xx11) 252-0323. Fax: (0xx11) 252-0207.

E-mail para contato com a ACI e para a solicitação de alteração

de mala direta: [aci@reitoria.unesp.br](mailto:aci@reitoria.unesp.br)

Home-page: <http://www.unesp.br/jornal/>

Fotolito e Impressão: Art Printer Gráficos Ltda.

# Reforma universitária em debate

Cláudio de Moura Castro e Paulo Renato Souza discutem caminhos do ensino superior brasileiro na sede da Vunesp, em São Paulo

**D**ando continuidade ao debate sobre a reforma universitária – que já teve a participação dos filósofos Marilena Chauí e Sergio Cardoso, da USP –, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp) da UNESP promoveu, dia 10 de maio, no Auditório da Fundação Vunesp, as palestras dos economistas Cláudio de Moura Castro, na parte da manhã, e Paulo Renato Souza, à tarde. “Foram importantes momentos de reflexão e discussão sobre questões que dizem respeito ao ensino superior e à UNESP”, avaliou o pró-reitor Marcos Macari.

O evento contou com a presença do reitor da UNESP, José Carlos Souza Trindade, dos ex-reitores Jorge Nagle e Paulo Milton Barbosa Landim, integrantes da administração central, diretores de unidades e representantes de associações de docentes e funcionários. “Este tipo de reunião nos estimula a identificar os diversos pontos em que o sistema atual precisa ser reformulado. É o que ocorre, em São Paulo, por exemplo, em relação ao comprometimento de 28% do orçamento das universidades públicas com os inativos”, apontou o reitor Trindade.

Formado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, ex-diretor geral da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ex-chefe da divisão de programas sociais do BID, articulista da revista *Veja* e presidente do conselho consultivo da Faculdade Pitágoras, Cláudio de Moura Castro afirmou que muito mais do que uma “reforma”, é necessário discutir o ensino superior como um todo. “O grande risco do debate é que ele seja marcado pela retórica excessiva, como ocorreu na França, que discute a sua reforma desde 1968 sem resultados concretos”, afirmou.

Em sua palestra, intitulada “A reforma universitária: será?”, Castro apontou que a reforma universitária brasileira esbarra em diversos problemas, como a grande heterogeneidade entre as universidades, a existência de apenas 1% de instituições de ensino superior que possam ser consideradas de pesquisa e a ausência de um incentivo à pesquisa desde a graduação. “Para dificultar ainda mais, a universidade convive com diversos preconceitos, principalmente contra os tecnólogos e contra alguns tipos de cursos, como o mestrado profissional”, comentou.

Um dos principais problemas apontados por Castro nas instituições públicas de ensino superior foi a “ingovernabilidade”. “Vive-se hoje no ambiente universitário a politização dos quadros administrativos e dos mecanismos decisórios – o que leva à derrota da meritocracia”, comentou.

Castro salientou ainda os mecanismos perversos internos da universidade pública em termos de valorização do bom profissional. “Não há prêmios ou punições dignos desse nome. Os desacertos se perpetuam sem correções e o corporativismo faz com que os interesses internos prevaleçam sobre o interesse social”, avaliou.

O resultado desse processo seria um sistema universitário em que se gasta muito e se obtém pouco. “A qualidade do ensino de graduação público e privado, como mostra o Provão, é bastante semelhante. Só que o primeiro gasta três ve-



Souza, Trindade e Macari: reflexão e discussões

zes mais. Para piorar, no ensino público, as melhores instituições custam quase o mesmo que as piores”, disse.

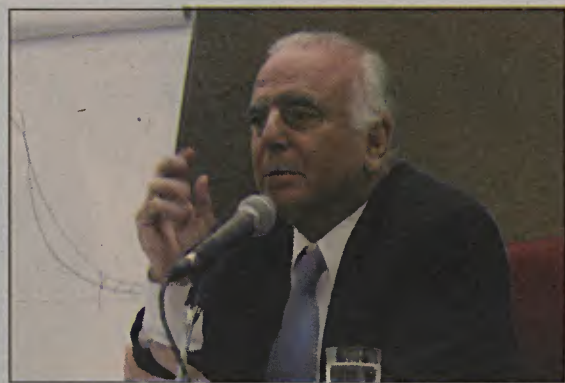
No período da tarde, o economista Paulo Renato Souza, ministro da Educação por oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, ex-secretário da Educação do Estado de São Paulo e ex-reitor da Unicamp, proferiu a palestra “Perspectivas do ensino superior no Brasil”. “O mundo mudou muito nos últimos 20 anos. Vivemos na era do conhecimento e enfrentamos uma nova revolução tecnológica em que aprender continuamente é a condição essencial para a cidadania”, declarou.

Para o ex-ministro, enquanto a missão do ensino básico é desenvolver a capacidade de aprender, a do ensino pós-médio – que inclui o técnico, o tecnológico, o superior, os cursos de extensão e pós-graduação em suas modalidades *lato sensu* e *stricto sensu* – precisa oferecer as oportunidades de realizar essa aprendizagem. “Essa ampliação de oportunidades inclui os cursos superiores de dois anos e os que unem a educação presen-

cial à educação a distância”, comentou.

Souza lembrou ainda que, desde os anos 1970, o Estado optou por um modelo em que a massificação do ensino de graduação ficou com as universidades privadas, enquanto a pós-graduação, que atinge uma qualidade de padrão reconhecido inclusive fora do País, ficou a cargo das instituições públicas. “No atual momento, é importante repensar o ensino pós-médio como um todo. Isso significa, especificamente no Estado de São Paulo, ter uma maior articulação entre as três universidades públicas – USP, UNESP e Unicamp – e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, que congrega as Faculdades de Tecnologia”, disse.

Ao final do debate, o reitor Trindade ressaltou a importância do evento. “É essencial para que a universidade conheça melhor os seus problemas e apresente soluções”, avaliou. “Saímos das duas palestras com a certeza que a UNESP precisa discutir amplamente os seus caminhos e os das universidades públicas, sem esperar que o Ministério da Educação ou outra instituição ofereça uma resposta pronta”, concluiu o pró-reitor Marcos Macari.



*“Vivemos na era do conhecimento e enfrentamos uma nova revolução tecnológica em que aprender continuamente é a condição essencial para a cidadania.”*

*“É importante repensar o ensino pós-médio como um todo. Isso significa, no Estado de São Paulo, uma maior articulação entre as três universidades públicas e as Fatecs.”*

Paulo Renato Souza



*“A universidade convive com diversos preconceitos, principalmente contra os tecnólogos e contra alguns tipos de cursos, como o mestrado profissional.”*

*“Vive-se hoje no ambiente universitário a politização dos quadros administrativos e dos mecanismos decisórios – o que leva à derrota da meritocracia.”*

Cláudio de Moura Castro

## ENCARTE

### Caderno Especial

#### Contribuição ao debate

Esta edição do *Jornal UNESP* conta com um encarte especial sobre a reforma universitária. Fruto de uma parceria entre a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp) e a Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI), o suplemento, de oito páginas, traz artigos com oito docentes da instituição, além de entrevistas com quatro ex-reitores da Universidade: Jorge Nagle, Paulo Milton Barbosa Landim, Artur Roquete de Macedo e Antônio Manoel dos Santos Silva. Coube à Propp a seleção dos articulistas e à ACI a realização das mencionadas entrevistas. No conjunto, a publicação busca contribuir com o debate sobre a reforma universitária, enfocando o que é preciso alterar na universidade brasileira, a validade do tripé ensino/pesquisa e extensão e diversas questões envolvendo a busca da excelência universitária.



BOTUCATU

# Melhor estrutura

Laboratórios, portaria e salas de aula

O campus da UNESP de Botucatu recebeu diversas melhorias nos últimos meses. Em 25 de abril, foi inaugurado, na Faculdade de Ciências Agrônomicas (FCA), com auxílio de 14 empresas ligadas ao Programa de Proteção Florestal, coordenado pelo docente do Departamento de Produção Vegetal e Defesa Fitossanitária Carlos Wilken, e do Instituto de Proteção Florestal ligado a ESALQ/USP de Piracicaba, o Laboratório de Controle Biológico de Pragas Florestais, que vai fabricar insetos para serem utilizados no controle biológico contra pragas florestais.

A instalação da fábrica de insetos foi gerada pela preocupação das empresas do setor florestal em função do aparecimento do piolho australiano *Glycaspis brimble-combei*, conhecido como psilídeo-de-concha, que já infestou 140 mil hectares de árvores em mais de 130 municípios brasileiros. “Esperamos fabricar mensalmente 27 mil vespas *Psyllaephagus blietus*, o



Laboratório: combate a pragas



Entrada reformada: maior organização

inimigo natural do piolho australiano”, afirmou Wilken durante a inauguração.

Em 20 de abril, o reitor da UNESP, José Carlos Souza Trindade, inaugurou a nova portaria do campus de Botucatu, além de reformas na central de salas de aula e na

moradia estudantil, num investimento total estimado em R\$ 800 mil. “A nova entrada propicia melhor controle e maior organização das entradas e saídas”, afirmou o diretor do Grupo Administrativo do Campus (Gac), Luiz Carlos Vulcano.

ASSIS

## Novas instalações

Estado, município e UNESP firmam parceria

Grças a um convênio firmado entre a Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da UNESP, campus de Assis, a prefeitura do município e o governo do Estado, o curso de Biotecnologia da Unidade, aberto em 2003, terá novas instalações. A cerimônia para a efetivação do acordo de parceria, firmado no dia 8 de maio, contou com a presença do governador Geraldo Alckmin, do prefeito municipal Carlos Antônio Nóbile, do reitor da UNESP José Carlos Souza Trindade e do diretor da FCL, Antônio Celso Ferreira, entre outras autoridades.

O projeto da construção prevê um prédio de 900 m<sup>2</sup>, divididos em dois pavimentos: o superior, onde funcionarão cinco salas de aula, e o inferior, que terá quatro laboratórios. A reitoria da UNESP arcará com os laboratórios, atrelados às disciplinas profissionalizantes do curso de Biotecnologia. A prefeitura já liberou um cheque de R\$ 200 mil reais para o início das obras. A outra parcela, de igual valor, será repassada em junho. “Há um



Alckmin, Trindade e Nóbile: cheque de R\$ 200 mil reais

grande interesse por parte da prefeitura em dar suporte e apoio ao curso novo, pois ele desenvolverá o potencial da região nessa área de Biotecnologia, permitindo inovações para as áreas de agricultura e pecuária, muito fortes na região”, acredita a zootecnista Isabel Cristina Camargo, chefe do Departamento de Ciências Biológicas da FCL.

PÓS-GRADUAÇÃO

## Qualidade de ensino

Capes seleciona cursos



Os cursos de pós-graduação da UNESP em Ciências Exatas e da Terra, do Instituto de Química (IQ), campus de Araraquara, e do Instituto de Física Teórica (IFT), campus de São Paulo, figuram entre os melhores do País, de acordo com uma avaliação feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para o Programa de Excelência Acadêmica (Proex), apresentado à comunidade acadêmica em maio último. A exigência para estar na lista da Proex é que o curso obtenha notas 6 (excelência em nível nacional) ou 7 (excelência em nível internacional) por dois anos consecutivos. De 1,9 mil cursos de pós-graduação em funcionamento no País, apenas 149 estão aptos a ingressar no Proex, de acordo com a Capes.

O Proex procura dar maior autonomia a esses cursos de excelência nacional e internacional e, para isso, eles poderão receber diretamente – e não mais por meio da direção das universidades – os recursos destinados ao financiamento de seus programas. “Os recursos serão liberados somente após análise de um projeto, que deve contemplar um plano de metas acadêmicas, também aprovado pela Capes”, informa a coordenadora do curso de pós-graduação do IQ, Maysa Furlan. Para Juan Carlos Montero Garcia, coordenador do curso de pós-graduação do IFT, a vantagem dessa nova proposta da Capes é que ela dará ao curso maior liberdade e maior flexibilização no uso dos recursos. “Os próprios coordenadores poderão decidir quanto alocar para cada item de gastos do programa”, diz.

BAURU

## Projeto Hibiscus

Pesquisa homenageada

O Instituto de Pesquisas Meteorológicas (IPMet), unidade complementar da UNESP campus de Bauru, recebeu da Câmara Municipal do Município, por proposta do vereador José Humberto Santana, Voto de Aplauso pelas pesquisas científicas realizadas na região pelo Projeto Hibiscus. “O trabalho foi possível graças aos esforços de pesquisadores do IPMet, dos diretores e colaboradores”, enfatizou o vereador.

Durante o projeto, realizado nos meses de fevereiro e março últimos, Bauru foi palco de intensa movimentação de cerca de 60 pesquisadores oriundos de seis países, entre eles Alemanha e França. “O objetivo do experimento, que incluiu o lançamento de balões, foi observar como ocorrem processos atmosféricos em regiões tropicais, permitindo reflexões sobre descargas elétricas, poluição e efeito estufa”, comenta o diretor do IPMet Roberto Vicente Calheiros. “A homenagem é gratificante para o IPMet e para a UNESP.”



Lançamento de balões: estudos atmosféricos

LEITURA DINÂMICA

ENGENHARIA ELÉTRICA



A estudante Daniela Amaral Passipieri, aluna do curso de Engenharia Elétrica da Faculdade de Engenharia (FE) da UNESP, campus de Ilha Solteira – que há seis meses, graças a um convênio com a Wayne State University (WSU), em Detroit, Estados Unidos – teve seu nome incluído na Dean's List of the College of Engineering daquela instituição. A lista apresenta os nomes dos alunos de engenharia que tiveram os melhores desempenhos acadêmicos do semestre anterior. Além de fazer aulas relacionadas à engenharia, Daniela participa da equipe que está construindo o primeiro veículo de Fórmula SAE (Society of Automotive Engineers) da WSU. “O desempenho de nossa aluna dignifica o nome da UNESP e é motivo de grande orgulho para nós”, afirma o vice-diretor da FE, Edson Guilherme Vieira. “Estou ganhando ampla experiência pessoal e profissional”, afirma a estudante.

PRESIDENTE PRUDENTE

A Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da UNESP, campus de Presidente Prudente, foi a sede, em 18 de maio, da fase regional da 1ª Conferência Nacional do Esporte, evento nacional que ocorre de 17 a 20 de junho em Brasília, com o tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”. A FCT participa do evento por meio do seu Departamento de Educação Física, em parceria com o Ministério do Esporte, a Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo, a Delegacia de Esporte de Presidente Prudente, a Prefeitura Municipal e a Unoeste. “A finalidade das etapas regionais é detectar as necessidades locais para serem encaminhadas ao governo federal, que pretende organizar uma política de cunho nacional para o esporte”, diz o coordenador do evento na região de Presidente Prudente, José Milton de Lima, chefe do Departamento de Educação Física da FCT.

LINGÜÍSTICA

Um banco de dados com amostras da fala de habitantes da região de São José do Rio Preto está sendo formulado por uma pesquisa coordenada pelo lingüista Sebastião Carlos Gonçalves, docente do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) da UNESP, campus de São José do Rio Preto. O levantamento integra os trabalhos do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), formado por 25 membros, entre docentes, alunos do curso de Letras e alunos da Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos do Instituto. O atual estudo vai identificar a fala no Interior paulista, por meio de entrevistas com 152 moradores das cidades de São José do Rio Preto, Bady Bassit, Cedral, Guapiaçu, Ipiúá, Mirassol e Onda Verde. Financiada pela Fapesp, o trabalho teve início em março e está previsto para terminar em dois anos. “Estamos em fase de treinamento dos entrevistados, que serão alunos de graduação do curso de Letras”, conta Gonçalves.

MEDICINA VETERINÁRIA

Foi lançado em março último o Portal Bem-Estar Animal, revista eletrônica que reúne iniciativas de diversas instituições do País voltadas para o desenvolvimento de projetos de responsabilidade social aliados ao ensino, como os de controle populacional de cães e gatos. Segundo o editor científico do Portal e professor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) da UNESP, campus de Botucatu, João Carlos Pinheiro Ferreira, o Portal oferece conteúdo para a população em geral e para veterinários, já que todos têm sua parcela de responsabilidade na melhoria da qualidade de vida dos animais. “O objetivo maior do Portal é conscientizar o público que os animais também sentem dor, ansiedade, desconforto e que necessitam expressar seus comportamentos naturais”, afirma Ferreira. O endereço do Portal é: <http://www.bemestaranimal.com.br>





MEDICAMENTOS

# Estratégia de guerra

Pró-fármacos atingem alvos específicos

**E**scondidos no cavalo de madeira, os soldados gregos abriram as portas da fortaleza troiana para o ataque de seus exércitos. A mesma lógica do cavalo de Tróia guia hoje o trabalho de pesquisadores da área farmacêutica voltados para o aperfeiçoamento dos fármacos, ou seja, a substância dos medicamentos que age contra a doença. Eles utilizam o processo de latenciação, no qual a estrutura molecular de um fármaco é alterada, para que sua ação seja mais seletiva. O produto dessa mudança é chamado de pró-fármaco, que, em vez de afetar todo o organismo, atinge somente seu alvo – esteja ele num órgão ou numa célula.

Uma equipe do Departamento de Fármacos e Medicamentos da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) da UNESP, campus de Araraquara, utiliza a latenciação para produzir pró-fármacos para combater doenças tropicais e tuberculose e, ainda, para agir como antimicrobianos e antiinflamatórios. Um dos trabalhos realiza alterações na estrutura da nitrofurazona – que integra medicamentos usados em queimaduras – para tratamento da doença de Chagas, que atinge entre 4 milhões e 6 milhões de pessoas no Brasil.

Coordenadora do grupo, Chung Man Chin assinala que a nitrofurazona é muito ativa contra a moléstia. “Realizamos uma modificação química que permitiu que um derivado dessa substância se tornasse solúvel e melhorasse a sua absorção pelo organismo, permitindo uma ação mais seletiva contra o *Trypanosoma cruzi*, o parasita responsável pela doença”, esclarece.

A maior novidade do processo é a utilização da técnica *Adept* (sigla para Antibody Direct Enzyme Prodrug Therapy), que envolve duas etapas: na primeira, o paciente recebe um complexo em que uma enzima – um tipo de proteína – está ligada ao anticorpo que o organismo produz contra o parasita. O complexo adere ao *Trypanosoma* e, como os soldados gregos em Tróia, abre o caminho para o ataque do pró-fármaco, que na segunda etapa é administrado ao portador da doença e reage com a enzima (veja figura). “Nós adaptamos o processo *Adept*, tradicionalmente utilizado contra o câncer, para o tratamento da doença de Chagas”, afirma Man Chin.

Para a farmacêutica, a latenciação permite um desenvolvimento mais econômico de fármacos, a partir da



Márcia, Adélia, Man Chin e Nassute: combate a doenças tropicais e tuberculose

estrutura molecular de produtos já conhecidos. “Em nações como os EUA, o desenvolvimento de um novo medicamento envolve centenas de milhões de dólares”, assinala. A equipe, que forma com professores da USP um grupo temático ligado à Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp), já obteve a patente de um produto antibacteriano, em parceria com uma empresa.

Outro integrante do grupo, José Carlos Nassute pesquisa a latenciação do diclofenaco, presente em produtos como Voltaren e Cataflam. A alteração do diclofenaco – para diminuir sua capacidade de causar lesões em tecidos como pele e músculos quando é injetado via muscular – é feita com a utilização de uma macromolécula, o dextrano, que apresenta propriedades biológicas e imunológicas compatíveis com o organismo. “Nosso objetivo é tornar o diclofenaco mais solúvel e diminuir a velocidade de sua liberação, para reduzir seus efeitos negativos”, esclarece o farmacêutico.

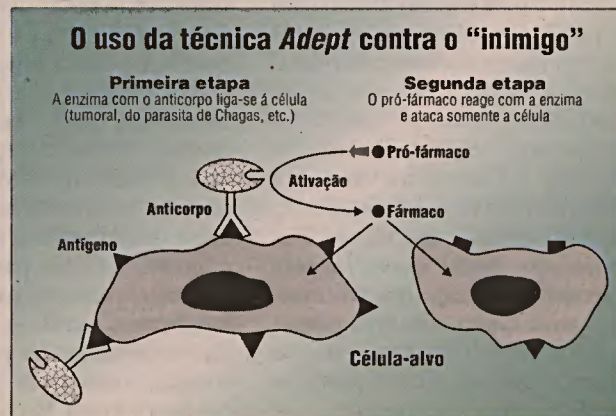
O trabalho de Adélia Emília de Almeida volta-se para a latenciação de um derivado de oxamniquina usado para combater *Schistosoma mansoni* – espécie de verme causador da esquistossomose mais comum no Brasil, onde a doença afeta mais de 3 milhões de indivíduos. Adélia utiliza um derivado de dextrano para prolongar a ação da oxamniquina e diminuir seus efeitos adversos, como vômitos e convulsões. Ela também investiga um ataque

mais seletivo contra o verme, utilizando um transportador – no caso, uma proteína para levar o fármaco até o fígado, onde o vetor da esquistossomose deposita seus ovos – e pesquisa um antiinflamatório para combater os efeitos danosos desses ovos. “Estamos terminando a etapa de ligação do transportador hepático com os dois fármacos”, garante.

Em seus estudos, Márcia da Silva realiza pesquisas para a obtenção de novos derivados de fármacos antituberculose – isoniazida, rifampicina, pirazinamida, etambutol e estreptomicina – com o objetivo de reduzir os efeitos adversos desses produtos e o tempo de tratamento, hoje no mínimo de seis meses. Márcia utiliza, entre outros recursos, um polímero, o polietilenoglicol poliaspártico, para transportar moléculas dos vários fármacos. “Em testes de laboratório, obtivemos substâncias com atividade antibacteriana 13 a 15 vezes maior que os fármacos tradicionais”, garante.

A tuberculose, que é causada principalmente pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis* e apresenta cerca de 110 mil novos casos por ano entre os brasileiros, não afeta apenas o pulmão, mas diversos outros órgãos. Para combater a tuberculose que atinge o cérebro, Márcia lança mão de uma estratégia inovadora, o Sistema de Liberação Química (CDS, em inglês). Para isso, usa como transportador dos fármacos um derivado do ácido nicotínico. “A ligação com esse transportador permite que as substâncias atravessem as meninges, levando ao acúmulo dos fármacos no cérebro e potencializando seus efeitos”, comenta.

André Louzas



TECNOLOGIA

# Novo combustível

Estudo mede consumo de biodiesel

Uma pesquisa sobre a utilização do biodiesel em tratores, desenvolvida por pesquisadores da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) da UNESP, campus de Jaboticabal, em parceria com a USP de Ribeirão Preto, indica que a adição dele em até 50% ao diesel não influencia o consumo. Produzido à base de gordura vegetal e álcool etílico, o novo combustível é visto com esperança para diminuir a dependência do País ao petróleo.

A divulgação da pesquisa ocorre no mesmo período do anúncio, pelo governo federal, da participação da UNESP no Pólo de Biocombustível para Pesquisa e Desenvolvimento coordenado pela Escola Superior de Agricultura (Esalq), em Piracicaba, e da criação da Câmara Setorial Especial sobre o novo combustível, lançada pelo governo do Estado, que vai funcionar na USP, em Ribeirão Preto.

De acordo com os dados da primeira fase do estudo de desempenho do novo combustível, não há diferenças substanciais no consumo em utilizar 5% ou 50% do biodiesel nos tanques. De 75% a 100%, porém, o consumo é 10% superior em relação ao diesel. “Os resultados preliminares indicam, portanto, a viabilidade da utilização deste tipo de combustível no campo”, explica Afonso Lopes, coordenador da pesquisa e docente da FCAV. “O próximo passo será avaliar a emissão de poluentes. Acreditamos que o impacto do biodiesel sobre o meio ambiente será menor do que o do diesel por ele não conter o enxofre”, afirma o docente.

Os testes de consumo, fruto da disser-



tação de mestrado do engenheiro agrônomo Danilo Grotta, orientada por Lopes, foram realizados em um trator da marca Valtra, equipado com diversos sensores relacionados à avaliação de parâmetros de desempenho como velocidade, força, rotação do motor, patinagem e consumo de combustível. Instrumentado na UNESP, o trator possui três reservatórios auxiliares e filtragem independente – o que permite testar tipos e misturas de combustíveis ao mesmo tempo sem contaminar o tanque original. “Os estudos indicam ainda que, além do consumo, a potência do motor e a velocidade também não obtiveram alterações expressivas em relação ao combustível tradicional”, acrescentou Lopes.

Para o coordenador do Ladetel – Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Limpas, da USP de Ribeirão Preto, Miguel Dabdoub, os estudos realizados na UNESP são fundamentais para o desenvolvimento e a avaliação geral da utiliza-



Lopes: trator utilizado para testar biodiesel (à esq.)

ção do biodiesel na lavoura. “Várias universidades e empresas estão participando dos testes com o biodiesel”, afirmou o docente, responsável pela produção do novo combustível.

Além dos tratores, já estão rodando em fase de teste com o biodiesel caminhões, ônibus, locomotivas, barcos e veículos leves. Dabdoub destaca que o Brasil se diferencia de outros países na área de combustível pela utilização do álcool etílico (etanol) no lugar do metanol. “Os biocombustíveis têm a vantagem de gerar empregos, aumentar a produção agrícola e minimizar os riscos de impactos ao meio ambiente, pois são menos poluentes”, acrescenta.

Lopes aponta ainda os aspectos tecnológicos, econômicos e sociais do projeto. “A adoção deste combustível pode aumentar a área plantada no País e, conseqüentemente, os postos de trabalho, principalmente no Nordeste, onde é possível extrair óleo de babaçu e pequi para a

produção do novo combustível”, diz o pesquisador. “Em termos tecnológicos, o País já domina a produção do álcool e, agora, do biodiesel. É um avanço considerável em relação a outros países”, aponta.

Segundo o docente da FCAV, o sucesso do projeto biodiesel em tratores tem envolvimento de toda a área de máquinas e mecanização agrícola do Departamento de Engenharia Rural da UNESP, que conta também com a participação dos professores Carlos Eduardo Furlani e Rouverson Pereira da Silva, além de alunos de graduação e pós-graduação. A Fapesp, a Fundunesp, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp), a Coopercitrus e a Valtra do Brasil também deram subsídios ao experimento, que foi apresentado, em janeiro último, ao governador Geraldo Alckmin, ao ministro da Agricultura Roberto Rodrigues e ao Secretário Estadual da Agricultura Antônio Nogueira Filho.

Julio Zanella

NOMEAÇÃO

## Estudo de carrapatos

Docente integra Consórcio europeu

O Consórcio Integrado sobre Carrapatos e Doenças Transmitidas por Carrapatos (ICTTD, em inglês), mantido e financiado pela União Européia, acaba de receber o primeiro integrante latino-americano em seu Conselho Diretor. O médico veterinário Gervásio Henrique Bechara, professor do Departamento de Patologia Veterinária da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) da UNESP, campus de Jaboticabal, tornou-se, a partir do segundo semestre de 2003, um dos seis membros do Conselho. “Sinto-me prestigiado e recompensado pelos meus anos de trabalho”, afirma.



Bechara: trabalho de campo

O ICTTD é uma instituição que financia pesquisas, eventos e cursos que envolvem o carrapato – parasita responsável por grandes prejuízos econômicos e sanitários à pecuária em países subtropicais. Segundo Bechara, os países do Cone Sul da América do Sul, o Caribe, a África e a Austrália são os mais afetados. O docente explica que são três os principais danos causados pelo carrapato: “A indústria do curtume perde couro, o animal parasitado pode morrer de anemia, e doenças podem ser transmitidas, inclusive para o homem”.

Atualmente o veterinário trabalha em projetos que buscam uma vacina contra os males causados pelos carrapatos, que, para serem coletados, às vezes obrigam o docente a esperar, junto a ninhos de cupins, a chegada de tamanduás, que hospedam os parasitas. “O tratamento quimioterápico usado atualmente tem uma série de inconveniências, porque induz os carrapatos à resistência e é muito tóxico para o meio ambiente e também para o animal hospedeiro, causando, por exemplo, intoxicação em produtos derivados, como o leite e a carne de bovinos”, conta Bechara.

ARAÇATUBA

## Medicina Veterinária

Curso de pós-graduação

O curso de Medicina Veterinária, da Faculdade de Odontologia (FO) da UNESP, campus de Araçatuba, conquistou neste ano sua primeira pós-graduação *stricto sensu*, em Ciência Animal. “A implantação do mestrado foi uma conseqüência da maturidade do curso e do corpo docente”, afirma o médico veterinário Marcos Franke Pinto, coordenador do curso.

O mestrado em Ciência Animal do curso de Veterinária da FO possui duas áreas de concentração: Fisiopatologia Médica e Cirúrgica (linhas de pesquisa: Afecções clínico-cirúrgicas dos animais, Cirurgia e anestesiologia experimental, e Patologia clínica veterinária) e Medicina Veterinária Preventiva e Produção Animal (Etiopatogenia, Diagnóstico e controle das enfermidades dos animais, Produção e tecnologia de produtos de origem animal, e Aspectos de biologia reprodutiva ligados à produção animal). “A pós-graduação é voltada para profissionais ligados à área de Saúde e Produção Animal, mas qualquer profissional habilitado em áreas afins poderá participar do processo seletivo”, avalia Alexandre Lima de Andrade, vice-coordenador do curso.



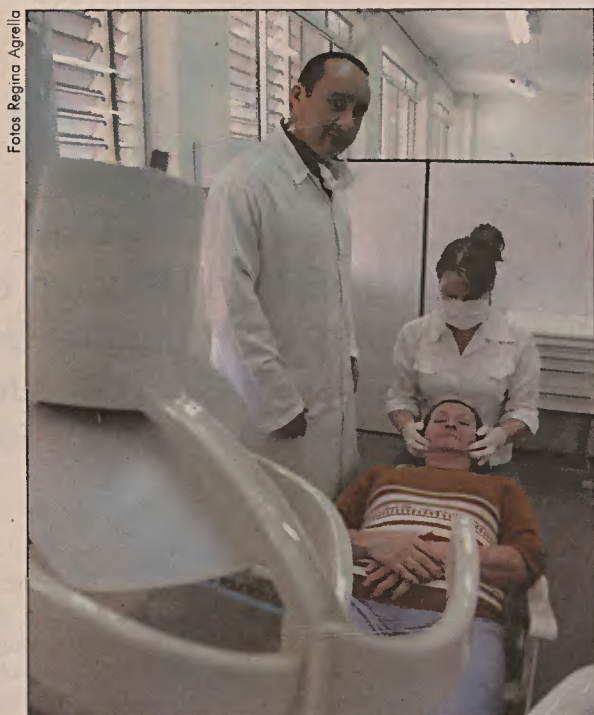
Para Franke Pinto, a pós-graduação deverá otimizar os esforços do corpo docente e catalisar a evolução científica. “A comunidade também deverá ser beneficiada pelo perfil do curso de dar aplicabilidade aos trabalhos de pesquisa”, comenta. “Até mesmo a própria graduação ganhará com isso, pois o mestrado certamente irá incrementar as atividades de iniciação científica.” O período das inscrições para as dez vagas do curso é de 31 de maio a 20 de junho. O processo seletivo ocorrerá durante os meses de junho e julho. Informações: [http://www.foa.unesp.br/cursos/pog\\_graduacaovet/index.htm](http://www.foa.unesp.br/cursos/pog_graduacaovet/index.htm)



PESQUISA

# Dor de cabeça

Grupo estuda casos em que a origem é muscular



Alencar e Paula (em pé): pesquisa com 145 pacientes

**A**s más-posturas no trabalho e na hora de dormir, o ranger e apertar os dentes, os maus hábitos alimentares – como fazer refeições muito espaçadas –, a desidratação e o estresse emocional podem estar causando um tipo de dor de cabeça ainda pouco conhecida pelos profissionais de saúde: a dor miofascial.

De alta incidência na população, conforme pesquisas realizadas na Faculdade de Odontologia (FO), *campus* de Araraquara, esse tipo de dor tem a sua origem em pontos de 2 a 5 mm de diâmetro que podem surgir em qualquer músculo ou tendão do corpo. Quando estimulados, eles causariam dor no local e em outras regiões do corpo, até mesmo nos dentes e ouvidos, causando dor muitas vezes con-

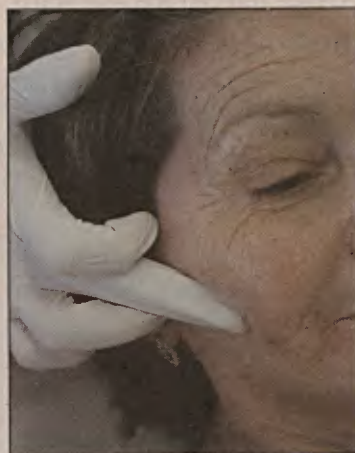
vezes, por desconhecimento dos colegas, quando a dor atinge os dentes, há casos em que eles acabam submetendo pacientes a tratamentos sem necessidade. O fenômeno é bastante comum em quem sofre de problemas na mandíbula. “O dentista tem que saber que qualquer dor, da cabeça ao pescoço, pode ser de origem muscular”, alerta.

Para saber a real incidência da dor de cabeça de origem muscular, os pesquisadores fizeram um chamamento por anúncios de jornal de pessoas com 18 a 65 anos, com cefaléia e/ou enxaqueca. De 145 pacientes atendidos na Clínica de Dores Orofaciais da FO, 84% possuíam a dor miofascial.

Segundo uma das integrantes da pesquisa, a quartanista Paula Volpato Sanitá, o grupo – do qual participam ainda os douto-

randos Roberta de Abreu Venâncio e André Ulisses Batista e os quartanistas Monica Dantas Assumpção e Thiago Dias Nascimento – que pesquisa a dor miofascial pretende atender cerca de 400 pacientes. Para saber se a origem é muscular, os voluntários respondem a um questionário e passam por um exame físico, incluindo palpação muscular. “Depois, por meio de toques nos músculos e questionando o paciente sobre a sensibilidade, fazemos o diagnóstico e a avaliação da intensidade e duração da dor, verificando se ela está sendo irradiada para outros locais do corpo,” descreve Paula.

Em uma outra etapa, os pacientes passam por avaliação neurológica para verificar se a dor tem relação com a disfunção dos pares de nervos cranianos. Em caso de alterações, são encaminhados para um especialista da área. Na última etapa, graças aos dados obtidos pela anamnese e exame físico, é feita a classificação do tipo da dor de cabeça, conforme formulário proposto pela IHS – Sociedade Internacional de Dor de Cabeça. “Muitos que chegaram aqui sofriam há anos, tinham passado por vários especialistas e,



Exame físico: palpação muscular

hoje, com a nossa abordagem se consideram livres do problema”, conta Guedes.

Uma das pacientes que participam do programa, a atendente da FO Maria Lúcia Scaglia diz que sofria de dor de cabeça há mais de 30 anos e, hoje, já se sente bem melhor. “A minha dor era tão forte que tinha que ir para o pronto socorro tomar morfina. Agora, após seis meses de tratamento já me sinto ótima”, relata.

Os pacientes diagnosticados recebem tratamento gratuito. Seguem um programa terapêutico que inclui aconselhamento para mudanças de hábitos posturais inadequados em sono e vigília, hábitos alimentares, incorporação de exercícios físicos, uso de medicamentos e fisioterapia. “Dependendo da gravidade, seguindo o tratamento, os resultados começam a ser sentidos em 15 dias. A melhora é progressiva”, conclui Guedes, que começou a pesquisa depois de realizar um curso de pós-doutorado de dois anos, na Universidade de Minnesota, EUA, juntamente com um curso de residência médico-odontológica na área de dores orofaciais.

Julio Zanella

ODONTOLOGIA

## O perigo do clareamento

Produtos podem afetar dentes e tecidos

**É** cada vez maior o número de pessoas que, com a intenção de melhorar a aparência, resolvem clarear os dentes. No entanto, a decisão de embelezar o sorriso pode ter consequências indesejáveis para a saúde. Uma equipe coordenada pela professora Márcia Carneiro Valera, do Departamento de Odontologia Restauradora da Faculdade de Odontologia (FO) da UNESP, *campus* de São José dos Campos, tem estudado os efeitos de produtos clareadores sobre a polpa (a parte viva do dente) e sobre os tecidos que lhe dão sustentação – gengiva e osso –, num trabalho que já rendeu um artigo no periódico *International Endodontic Journal*. “O clareamento virou moda. Isso nos preocupa bastante”, comenta Márcia.



Márcia: publicação em periódico internacional

Feitos à base de peróxido de hidrogênio (água oxigenada) e peróxido de carbamida, esses produtos geralmente se apresentam sob a forma de líquido ou gel. Após a proteção da gengiva, eles são aplicados na superfície externa dos dentes, penetrando em sua estrutura, onde desencadeiam uma reação química que leva à produção de substâncias clareadoras. O risco nesse processo, de acordo com Márcia, é que o clareador em muitos casos pode atingir a polpa dentária. “Quando isso ocorre, há o risco de haver uma reação inflamatória e, embora não tenhamos dados conclusivos, é possível que a substância provoque até mesmo a morte da polpa”, adverte.

As pesquisas avaliam o grau de penetração desses produtos, levando em conta vários períodos de aplicação e níveis de concentração da substância. Em sua dissertação de mestrado, apresentada na FO, orientada por Márcia, Ana Raquel Benetti avaliou a penetração dos clareadores na câmara pulpar – o local onde fica a polpa, popularmente conhecido como canal –, principalmente em dentes restaurados. Ana assinala que, embora seja um estudo em laboratório (*in vitro*), os resultados sugerem

que a restauração dentária pode facilitar a chegada dos clareadores à câmara pulpar. “Se o clareamento for feito sem critério, pode acentuar os efeitos colaterais do peróxido de hidrogênio, resultando em maior sensibilidade após o tratamento ou em danos irreversíveis à polpa”, conclui.

Márcia enfatiza que, em testes de laboratório, a equipe já constatou que produtos clareadores com maior concentração de pe-

róxido de hidrogênio, além de períodos mais prolongados e sessões mais frequentes de aplicação, provocam maior penetração das substâncias na polpa. A avaliação da penetração dos produtos teve o auxílio da bioquímica Maria Nadir Gasparotto Mancini, do Departamento de Ciências Fisiológicas da FO.

Os tratamentos de clareamento são feitos tanto pelo cirurgião dentista no consultório quanto pela própria pessoa, em sua residência. Márcia mostra-se preocupada principalmente com o tratamento “caseiro”, em que o clareamento deve utilizar uma moldeira, uma placa que encaixa nos dentes e na qual é colocado o produto clareador, com a qual o paciente pode dormir. “Um dos riscos é a pessoa colocar o produto em excesso e, assim, causar inflamações na gengiva e na polpa”, afirma.

Há duas modalidades de clareamento: em dentes com polpa e nos que já passaram por tratamento endodôntico (o “tratamento de canal”). No caso dos dentes submetidos a esse tratamento, a substância clareadora é inserida dentro da câmara pulpar. “Uma consequência perigosa, nesse caso, é o produto atingir os tecidos que sustentam os dentes, como o osso e o ligamento periodontal, que une o dente ao osso”, alerta Márcia. A cirurgia dentista ressalta que as pesquisas – que têm o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) – atualmente também envolvem testes *in vivo*, utilizando dentes de cães.

André Louzas



Marcia e Andréia: atendimento multidisciplinar

PREVENÇÃO

## Prêmio Colgate

Atendimento a idosos

**C**om uma monografia voltada para o atendimento de idosos, a dentista Marcia Hiromi Tanaka, formada no ano passado pela Faculdade de Odontologia (FO) da UNESP, *campus* de Araraquara, conquistou a segunda colocação no “Prêmio Nacional de Odontologia Preventiva Colgate” 2003, com o trabalho intitulado “Atendimento Multidisciplinar do paciente idoso com comprometimento funcional e sistêmico: onde está a Odontologia?”.

Marcia procurou traçar a importância da prevenção médica em idosos, demonstrando que o atendimento não deve ser feito por apenas um profissional. “O dentista, o médico e o fisioterapeuta, por exemplo, devem interagir para que possam realizar um atendimento adequado aos pacientes idosos com algum comprometimento físico e sistêmico”, explica Marcia. “A intenção era abrir a mente das pessoas para mostrar a forte relação entre a saúde geral e a saúde bucal”, afirma a também premiada Andréia Affonso Montadon, do Departamento de Odontologia Social, orientadora do trabalho. “É bom saber como lidar com pacientes com algum problema de saúde geral, principalmente idosos, gestantes e crianças com problema psicomotor”, conclui a autora da pesquisa.

# Além das fronteiras

A área de relações internacionais é uma das que mais vem crescendo no País. A UNESP, a Unicamp e a Puc-SP vêm desenvolvendo, numa experiência inédita em termos de ensino superior, dentro do Programa San Tiago Dantas, da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – a Capes –, um curso de pós-graduação e um de especialização que contam com rica diversidade de docentes e alunos.

OSCAR D'AMBROSIO

O destaque dado pela mídia à visita do presidente Lula à China em maio último ilustra bem como, com o vertiginoso desenvolvimento das comunicações e dos meios de transporte, as relações internacionais, nas últimas décadas, têm assumido uma importância cada vez maior para a sociedade. Na esteira desses avanços tecnológicos, profissionais qualificados da área vêm sendo mais e mais solicitados. Uma consequência é a ampliação do mercado de trabalho, justamente pela compreensão, nos últimos 20 anos, do peso crescente que o mundo externo vem adquirindo para cada país e para cada setor econômico.

Para o cientista social Tullo Vigevani, docente do curso de graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da UNESP, campus de Marília, o profissional de relações internacionais precisa ter justamente a capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos no debate e na formulação de políticas públicas, na determinação de alternativas globais e na definição de estratégias. “A capacitação para o estudo e a pesquisa são essenciais, e a formação humanista tem importância vital nesse contexto. Nesse sentido, a UNESP oferece cursos de graduação em Relações Internacionais em Marília e em Franca. Havia necessidade, porém, de formar profissionais, pesquisadores e intelectuais ainda mais qualificados”, explica o professor, que integra o corpo docente do curso de mestrado e do de especialização oferecidos por UNESP, Unicamp e Puc-SP. (Veja quadro.)

Justamente com o objetivo de formar melhores profissionais, a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) fez um chamamento à comunidade acadêmica de todo o Brasil, em 2001, para a criação, dentro do Programa San Tiago Dantas (veja quadro), de cursos de pós-graduação na área de Relações Internacionais. Cada um dos cinco selecionados receberia, ao longo de quatro anos, R\$ 800 mil. Das 12 propostas apresentadas, somente foram aprovadas quatro: as da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade de Brasília, e uma proposta interinstitucional inovadora, envolvendo a UNESP, com professores dos campi de Marília, Araraquara, Franca e Assis, da Unicamp e da Puc-SP. “Trata-se de uma iniciativa pioneira que vem encontrando excelente repercussão no meio acadêmico”, diz o pró-reitor de pós-graduação da UNESP, Marcos Macari.

O curso de pós-graduação – que conta com sete docentes da UNESP, seis da Puc-SP e quatro da Unicamp – teve a conferência inaugural, em agosto de 2003, proferida por Alain Rouquié, embaixador da França no Brasil, em evento que teve a participação dos reitores de UNESP, Unicamp e Puc-SP.

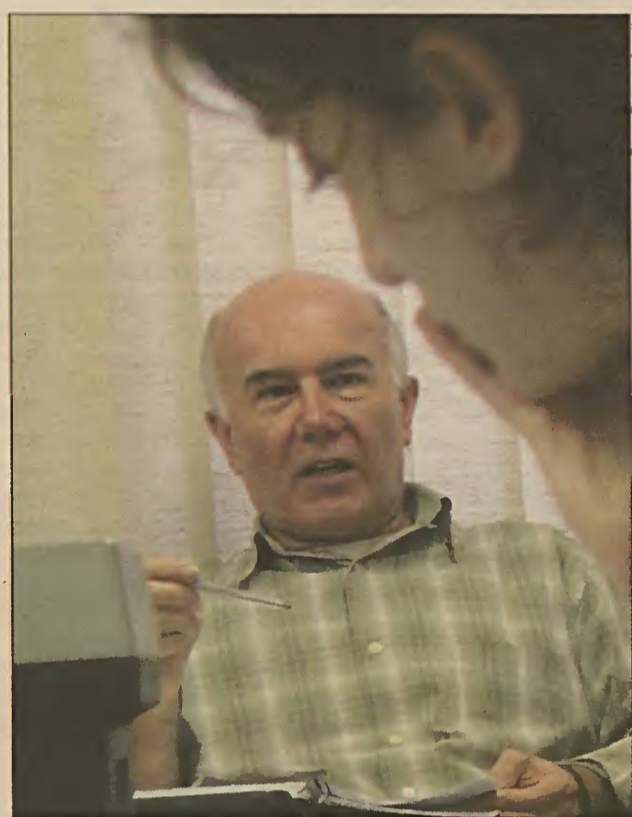
O curso tem como áreas de concentração: Instituições, processos e atores (com as linhas de pesquisa Organizações internacionais, Integração regional e Estado, nação e globalização); e Política externa (Política externa brasileira, Economia política internacional e Segurança internacional). “A participação das três instituições possibilitou que professores e pesquisadores agregassem capacidades já existentes e somassem competências, dentro de princípios que privilegiam a interdisciplinaridade e a inovação”, afirma um dos docentes do Programa, Reginaldo Mattar Nasser, professor da Puc-SP.

O curso, que iniciou as atividades em março de 2003, conta hoje com 30 alunos, metade ingressante em 2003 e a outra metade em 2004. “Os assuntos são os mais variados, o que mostra a diversidade dos alunos, já que há formados em relações internacionais, cientistas sociais, advogados e jornalistas. Isso possibilita uma rica troca de experiências dos estudantes durante as aulas”, aponta Reginaldo de Moraes, docente da Unicamp e da disciplina Metodologia de Pesquisa, obrigatória no mestrado.

Representante dos alunos no Conselho do Curso, Paulo José dos Reis Pereira, 23 anos, valoriza essa diversidade. Cientista social pela Puc-SP, seu projeto, com o tema “A política externa da Primeira República e os EUA: influências da atuação pan-americana de Joaquim Nabuco”, dissertação que será apresentada no Programa e terá diploma emitido pela UNESP, por ser orientador dessa instituição, busca entender como foi pensada e implementada a estratégia de relacionamento do Brasil com os EUA na primeira metade do século XX. “O grande benefício do curso ser ministrado por três das mais importantes instituições de ensino superior do Estado é estar em contato com professores de qualidade e poder utilizar livremente as bibliotecas das três universidades”, afirma.

Graduada em Relações Internacionais pela Puc-SP, Silvana Shioh Shyan Shu, 23 anos, desenvolve um tema que também enfoca os EUA. A sua pesquisa, vinculada à Puc-SP, é sobre “As relações China-EUA no Sistema Internacional Contemporâneo” e surgiu da experiência de trabalho por quase um ano na Câmara de Comércio Brasil-Taiwan, onde atuou como analista de oportunidades de negócios. “Em busca de novas oportunidades, tornei à vida acadêmica para buscar uma especialização e um investimento de carreira a longo prazo”, avalia.

Neusa Maria Pereira Bojikian, 39 anos, graduada em Administração de Empresas pela Faap-SP e com duas especializações (Administração de Empresas e Negociação, ambas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas), também busca um aprofundamento de seus conhecimentos. Coordenadora do Grupo de Negociação do Conselho Regional de Administração de São Paulo, ela desenvolve pesquisa, com orientação de docente da UNESP, sobre “Negociações internacionais e política doméstica: a participação da coalizão empresarial brasileira na Alea”. “A diferente cultura de UNESP, Unicamp e Puc-SP e as diversas experiências dos



Moraes: troca de experiências nas aulas

professores são fundamentais, mas a dedicação do aluno é o grande diferencial para que as informações obtidas dêem frutos”, comenta Neusa, que também faz o curso de especialização em Negociações Econômicas Internacionais, promovido pelas três universidades com a colaboração do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (Ipri), vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. (Veja quadro.)

Responsável pela promoção de alimentos da Agência Andaluza de Promoção Exterior, Giovana Figueira Herdy, 23 anos, estuda “As relações Brasil-Espanha: evolução das relações político-econômicas e comerciais a partir de 1975 e as tendências para os próximos anos”, pesquisa orientada por docente da Unicamp. “O assunto que desenvolvo tem afinidades com o meu trabalho, e o meu estudo vem sendo beneficiado pelo ambiente acadêmico diversificado propiciado nesta pós-graduação interinstitucional”, comenta.

Para Demétrius Cesário Pereira, 25 anos – formado em Direito e com graduação e mestrado em MBA em Relações Internacionais –, que estuda “O poder alemão na União Européia: da reunificação ao Tratado de Nice”, o profissional de Relações Internacionais é indispensável para o Brasil reivindicar o papel de destaque no sistema internacional. “A diplomacia sozinha não tem toda a estrutura necessária para promover o Brasil no Exterior. Cabe ao profissional de Relações Internacionais suprir a necessidade de ter mais pessoas pensando e fazendo a política internacional brasileira”, afirma.

Os docentes das três instituições elogiam a proposta de oferecer um mestrado, com a possibilidade futura de criar um doutorado, em conjunto e também estão muito bem impressionados com a qualidade dos alunos. “Os estudantes mostram consciência de que a área exige inovação, ousadia e muito esforço para incorporar conhecimentos produzidos em diferentes disciplinas, como economia, política, sociologia, antropologia, direito e história”, conclui o docente Reginaldo Moraes, da Unicamp. “O conhecimento de diferentes culturas também é essencial para as relações internacionais e envolve muito mais do que uma mera lista de especialidades, exigindo o diálogo e a reflexão sobre elas.”



Da esq. para a dir.: Raquel, Tavares, Priscila (no alto), Neusa, Tatiana e Giovana (embaixo): busca de aperfeiçoamento



Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
UNESP - UNICAMP - PUC/SP



PERSONAGEM

## San Tiago Dantas

Discurso pioneiro na Câmara

Nascido no Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1911, Francisco Clementino de San Tiago Dantas foi membro da Corte Permanente Internacional de Arbitragem de Haia. Concluiu o curso de Direito em 1932 e lecionou na Universidade do Brasil e na Puc-RJ. Em 1949, assumiu a vice-presidência da refinaria de petróleo de Manguinhos, no Rio. Atuou como assessor pessoal de Getúlio Vargas durante os estudos preparatórios do anteprojeto de criação da Petrobras, encaminhado ao Congresso em outubro de 1951. Foi eleito deputado federal pelo Estado de Minas Gerais em outubro de 1958. Em 22 de agosto de 1961, foi nomeado, por Jânio Quadros, embaixador do Brasil na ONU. Ao renunciar ao mandato de deputado federal, fez, em 24 de agosto, longo discurso na Câmara dos Deputados, abordando, de maneira pioneira, a situação do Brasil no contexto mundial sob a ótica do fenômeno da globalização (veja foto). Dantas, porém, não assumiu o cargo na ONU em virtude da renúncia do presidente, ocorrida três dias depois. Dia 7 de setembro, João Goulart assume a presidência e escolhe San Tiago Dantas para seu ministro de Relações Exteriores. Em 25 de junho de 1962, ele deixou o posto para renovar o seu mandato de deputado federal – o que conseguiu. Após o plebiscito de janeiro de 1963, que optou pelo presidencialismo, Goulart empossou San Tiago Dantas na pasta da Fazenda, cargo em que o advogado permaneceu até junho daquele ano, quando renunciou por problemas de saúde, retomando a sua cadeira na Câmara e falecendo, no Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1964. (O. D.)

## Negociações Econômicas

Curso de especialização

Para atender a crescente demanda no Brasil por profissionais qualificados para interagir de maneira competente e criativa com os desafios de um contexto global marcado pela acelerada ampliação e sofisticação da agenda de decisões, o programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais de UNESP, Unicamp e Puc-SP, com a colaboração do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (Ipri), vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, passou a oferecer, em 2004, de abril a dezembro, com aulas à noite, três vezes por semana, o curso de especialização em Negociações Econômicas Internacionais. “O curso busca proporcionar uma formação adequada ao atendimento das novas realidades do mercado para oferecer aos alunos a possibilidade de elaborar, avaliar e combinar informações sobre a conjuntura internacional, podendo estabelecer contatos entre empresas, câmaras de comércio, embaixadas, associações, organismos internacionais e órgãos governamentais”, afirma o coordenador do curso, Luís Fernando Ayerbe, docente da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da UNESP, campus de Araraquara.

Gilberto Dupas, do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI) e do Grupo de Análises de Conjuntura Internacional (Gacint) da USP, um dos mais de 20 docentes envolvidos no curso – que conta com a participação de profissionais do Ministério das Relações Exteriores, da USP, da Câmara de Comércio Exterior, da Confederação Nacional da Indústria e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outras instituições –, foi responsável por um módulo do curso sobre a lógica e as questões de poder nas corporações. “Os alunos tiveram uma excelente participação, e a diversidade de formação permitiu excelentes debates. Desse modo, o curso poderá



Jakobsen: visão diferenciada da oficial

seguramente alavancar as suas carreiras”, comenta.

A diversidade da formação dos alunos e o interesse demonstrado por eles também impressionou Shiguenoli Miyamoto, docente da Unicamp, que ministrou uma unidade centrada na análise da política externa. “Trabalhei com a parte conceitual rotineiramente utilizada nas Relações Internacionais e com elementos concretos que permitem visualizar a teoria”, explica.

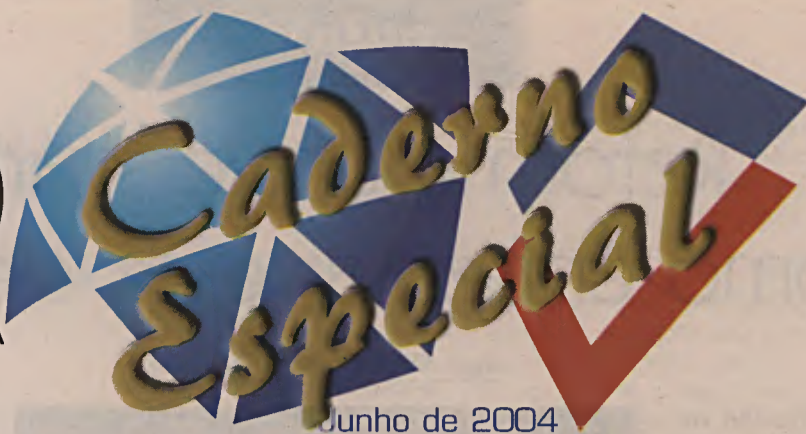
Ayerbe valoriza a presença no curso de docentes que transmitem aos alunos o seu contato na área. “Kjeld Jakobsen, secretário da Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura do Município de São Paulo, por exemplo, ofereceu, com sua rica experiência como integrante de movimentos sindicais, visões diferenciadas daquela oficial”, aponta. “Trabalhei, entre outros tópicos, o conceito de dumping social, que consiste na estratégia de alguns países de explorar a mão-de-obra de modo a conseguir a maior e melhor produção possível com o menor custo”, afirma o secretário.



Maria Helena: experiência profissional como jornalista

**unesp**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA



Junho de 2004

**propp**

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

reforma

REFORMA  
UNIVERSITÁRIA

universitária



# reforma universitária

O significado de reformar a universidade brasileira, a validade do tripé ensino, pesquisa e extensão, e a autonomia de gestão e financeira são alguns dos temas tratados neste Encarte Especial. Entrevistas com quatro ex-reitores da UNESP e artigos de oito docentes enfocam, entre outros tópicos, a busca da excelência da universidade e a interação da instituição com a sociedade.

# Reforma universitária: como enfrentar este desafio?

José Carlos Souza Trindade

**A** reforma universitária é matéria tão recorrente entre nós que já abortou muitos sonhos e provocou frustrações. Todavia, as profundas modificações promovidas pela globalização, pela sociedade em rede, pela informação eletrônica instantânea, tornam inadiável a revisão de valores superados e livrar-se do pensamento inercial, que vem amarrando nossas lideranças acadêmicas e intelectuais. Mais do que nunca urge abrir os olhos e as mentes para esta nova oportunidade.

Como enfrentar esse desafio sem cair na velha armadilha da mera reforma administrativa? De que tipo de universidade pública precisamos? Como conciliar universidade pública autônoma, gratuita e de qualidade, sem a garantia do financiamento adequado e permanente? Onde encontrar tais recursos com a economia estagnada, elevada carga tributária e demandas sociais sufocantes? Como proporcionar à Universidade um futuro promissor, realista, sem as fantasias de medidas tão inovadoras quanto inviáveis?

O programa do MEC "Universidade para Todos" pretende "estatizar", ainda em 2004, 75 mil vagas das instituições particulares do ensino



no superior. Trata-se de medida polêmica, mas pragmática do ponto de vista emergencial. Será este o melhor caminho? Inquieta-nos a possibilidade de a improvisação vencer o planejamento

to e, mais uma vez, se ver mais uma gestão de oportunidades perdidas.

A reforma universitária terá de superar obstáculos políticos, corporativos e de financiamento. O desafio é enorme e novas questões brotam diariamente: o caráter público, mas não exclusivamente estatal; a questão do acesso e das cotas; a importância das fundações de apoio; as agências de fomento à pesquisa, etc. Enfim, que tipo de universidade queremos? Qual o melhor modelo para garantir ensino de qualidade, pesquisa de ponta e elevado compromisso social, para diminuir as injustiças que nos constroem?

Como escapar das mudanças cosméticas e ineficazes? Como construir um projeto sério sem o fundamentalismo dos conservadores incorrigíveis e dos radicais que em tudo vêm a receita do FMI e do Banco Mundial?

A UNESP já ouviu várias autoridades acadêmicas e políticas. Agora chegou a hora de formular uma proposta consentânea com nossa experiência e à altura de nossa importância no cenário universitário nacional.

José Carlos Souza Trindade é reitor da UNESP.

## Possíveis caminhos

Marcos Macari

**A**nte a reforma universitária colocada em pauta pelo governo federal, a UNESP, na condição de uma das mais importantes instituições de ensino superior do País, tem a obrigação de participar ativamente da discussão, estimulando o debate, também no interior da Universidade, de forma a contribuir para que sejam tratados os problemas fundamentais do sistema universitário brasileiro.

Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp) já realizou dois debates sobre o tema, ambos na sede da Fundação Unesp, em São Paulo. Em março, os filósofos Marilena Chauí e Sérgio Cardoso expuseram projeto de reforma universitária a partir do documento intitulado "Proposta para a revitalização da rede pública das universidades brasileiras (diretrizes de política acadêmica e de gestão)", anteriormente discutido pelos docentes da USP com a Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Em maio foi a vez do economista Cláudio de Moura Castro e do ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza dialogarem com a comunidade unespiana.

O presente encarte busca dar continuidade ao debate e ampliar a discussão sobre as perspectivas da universidade brasileira. Ele contém entrevistas com quatro ex-reitores da UNESP, além de artigos de oito docentes da Instituição, que oferecem visões diferenciadas bem como instigantes sugestões para o aprofundamento das questões envolvidas na proposta de reforma universitária.

Cabê lembrar inicialmente que, de 1968 – data da reforma universitária que extinguiu a cátedra e alterou a carreira docente – até 2004, somente em dois momentos a universidade foi analisada a fundo. O primeiro foi em 1989, quando o governo do Estado de São Paulo instituiu a autonomia financeira, com o repasse de uma parcela do ICMS para UNESP, UNICAMP e USP; o outro ocorreu em 1995, com a nova Lei de Diretrizes e Bases.

Reaceso, agora, o debate sobre uma reforma do ensino superior, fica clara a imperiosa necessidade, por exemplo, de se enfrentar o desafio de proporcionar um ensino de graduação de qualidade para um número maior de jovens. É este um dos principais problemas.



Entendemos que uma reforma universitária deve preservar o ensino superior público, gratuito, e ao mesmo tempo contribuir para a inclusão social. Para isso, deve também promover a colaboração de diferentes tipos de instituições de ensino superior: a) instituições formadoras de lideranças intelectuais e também criadoras e disseminadoras de conhecimento novo; b) instituições voltadas para o ensino superior de massa e pouco envolvidas em pesquisa e em atividades de extensão; c) instituições especializadas, como as de caráter tecnológico; e d) instituições atuantes no aperfeiçoamento de profissionais.

As universidades públicas, em maior ou menor grau, pertencem ao primeiro grupo e poderiam constituir a base do ainda mal definido sistema de educação superior do País. São elas que, uma vez convocadas, estariam aptas a colaborar para que o ensino oferecido por muitas instituições não-públicas, ensino considerado de massa, não permaneça ou não se transforme em ensino massificado.

Outra questão que deve ser enfrentada: como superar a tradicional estruturação da universidade brasileira em departamentos? Esse padrão parece ter chegado à exaustão, sendo, amiúde, responsabilizado por exacerbar corporativismos, facultar a rigidez de disciplinas e o isolamento intelectual de docentes. Assim, torna-se oportuno considerar a possibilidade de se adotarem outros padrões estruturais, que po-

dem ser fundamentados em áreas, cursos, centros ou institutos, de modo que cada um destes disponha de condições para buscar maior competência tanto na formação de seus alunos, quanto na qualidade de seus docentes e na produção intelectual, pautada na multi e na interdisciplinaridade.

A fim de estimular o docente a passar mais tempo com os alunos, na e fora da sala de aula, fortalecer a lealdade para com a sua Instituição, e captar mais recursos em benefício da sua Unidade, a reforma, de alguma maneira, deveria fomentar a revisão das carreiras universitárias. Seria oportuno, por exemplo, contemplar a premiação por mérito, ou seja, pelo desempenho na docência propriamente dita, pela produção de livros didáticos e não-didáticos, pelas pesquisas e pelas atividades de extensão.

Além disso, as universidades públicas deveriam ter um órgão consultivo e propositor misto, que contasse com integrantes tanto da estrutura institucional interna (reitor, vice-reitor e outros representantes da universidade) como de segmentos externos (ex-alunos, formadores de opinião, empresários, representantes do poder público). Seria possível, com isso, criar uma interface entre a universidade e a sociedade, que permitiria a discussão permanente dos caminhos da instituição, incluindo a formulação de propostas para a apreciação do Conselho Universitário. Um órgão dessa natureza poderia representar uma inovação muito importante para a universidade, dada a sua capacidade de se manter permeável às demandas da sociedade e às influências externas, mecanismo essencial para que a Instituição mantenha vitalidade.

A UNESP vem construindo uma tradição de pesquisa e aumentando sua influência nos meios científicos, tecnológicos e culturais. No momento em que se discute a reforma da universidade brasileira, ela não pode deixar de fazer uma profunda reflexão sobre si mesma, incluindo carências e potencialidades, enfim, elegendo um projeto que continue orientando seu desenvolvimento, enquanto universidade de qualidade, sintonizada com seu tempo e com os anseios da sociedade brasileira.

Marcos Macari é pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UNESP.

# Universidade: qualidade e propostas

Tulló Vigevani

O objetivo deste artigo é simples: apresentar algumas idéias e, a partir delas, algumas propostas para a Universidade. Está na moda discutir crise da universidade e reforma universitária. Certamente temos crise e certamente necessitamos de reforma, até de revolução, na Universidade. Mas assistimos, no governo e na sociedade, a um debate onde os temas de fundo não surgem com a força com que deveriam.

O ponto de partida deveria ser a definição de qual o objetivo da Universidade: acreditamos deva ser a **qualidade**. Uma qualidade que tenha como referência a ciência universal e as necessidades do Brasil. A Universidade é o templo do saber, da excelência, que devem ser compatibilizados com democracia, responsabilidade frente à sociedade e ao Estado. As outras atividades são importantes, mas quando coordenadas com o objetivo nuclear. Senão corremos o risco de fazer prevalecer o secundário sobre o principal. Essa colocação obriga ao debate de outras questões, muitas delas consideradas *tabus* no Brasil. Sem sua discussão ficaremos, no melhor dos casos, nos queixando da falta de verbas ou de sua errada distribuição. Os temas relativos ao poder e à democracia, tão significativos, no caso da universidade têm que se relacionar com o objetivo que ela se propõe.

Ainda que com sabor propositadamente polêmico, arriscamos dizer que o problema dos recursos para o ensino superior, num país pobre como o Brasil, não é a questão mais grave.

As questões em relação às quais devemos concentrar a atenção são as da qualidade e da concepção de ensino em geral, do universitário em particular. Algumas instituições e especialistas têm boa acumulação nesses campos, mas ainda têm forte presença de setorialismos e corporativismos. A questão da legitimidade é importante, e sem ela, sem a percepção do papel do ensino, da pesquisa, da tecnologia para o desenvolvimento econômico e social nacional, não haverá melhores condições para discutir custos. Isso não se alcança com discursos, exigem-se resultados.

A primeira proposta refere-se à necessidade de elevar o nível de exigência conosco mesmos. Deveríamos colocar para todo o sistema universitário o tema da avaliação efetiva, não corporativa. A universidade tem como objetivo a excelência, portanto, estímulos para alcançá-la são necessários e desejáveis. O tempo integral deve ser estimulado, quando vinculado a uma efetiva dedicação à pesquisa. Sua origem tem a ver com a idéia renascentista, humboldiana, do *continuum* entre ensino e pesquisa. Não podemos desconhecer que conhecimento pode ser produzido externamente à Universidade, mas cabe a ela incorporá-lo. O trabalho científico e intelectual tem difícil

mensuração. Os antigos romanos, antes deles os gregos, falavam em *otium literarum* como inerente à filosofia e ao conhecimento. O debate sobre esse tema deveria ser estimulado.

A segunda proposta refere-se à compatibilização da democratização do ensino superior, portanto sua expansão, largamente solicitada pela sociedade, com qualidade. Essa é uma equação de difícil resolução. Ensino superior de qualidade é caro, um país pobre como o Brasil tem recursos escassos. Deveria-se trabalhar na perspectiva da racionalização de custos por um lado e absorver o debate, existente em países ricos e pobres, sobre o próprio significado de ensino superior. É certo que manter um sistema de excelência e ao mesmo tempo amplo acesso tem custos acima do possível: isso em qualquer parte do mundo. No caso da UNESP, coloca-se uma interrogação, a longo prazo decisiva: queremos ser uma universidade de excelência?

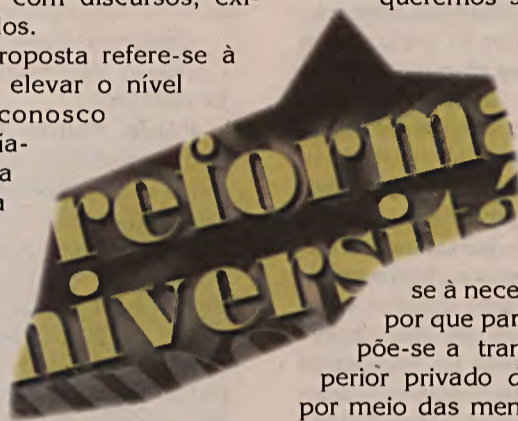
Se a resposta for sim, é preciso pensar a estrutura *multicampi* de forma a garantir qualidade.

Uma terceira proposta refere-se à necessidade de entender por que parte da sociedade dispõe-se a transferir ao ensino superior privado de baixa qualidade, por meio das mensalidades dos estudantes e mesmo dos recursos públicos a ele alocados, grandes quantias. Isso significa que há propensão ao aumento do gasto com ensino. Essa proposta sugere questionar por que esses recursos não podem ser canalizados pelo Estado visando o aumento da oferta e a melhoria do ensino público.

A quarta proposta implica trabalhar para que a Universidade brasileira, inclusive a UNESP, mantenha padrões de nível universal. Isso significa elevar o nível de inserção internacio-

nal, os intercâmbios consistentes, a participação em pesquisas de ponta. Os órgãos de financiamento no Brasil vêm dando claros sinais de trilharem esse caminho. Concentra-se o apoio aos grupos, programas, núcleos mais qualificados.

Este artigo não tem o objetivo de responder a questões imediatas, que afligem a todos, visa apenas mostrar um ponto de vista, uma forma de ver o futuro. Serão necessárias, para avançar, propostas detalhadas, abrangendo inúmeros outros aspectos. Mesmo as questões imediatas, se resolvidas *ad hoc*, caso a caso, sem sentido de futuro, sem visão de mundo, não aliviarão as dificuldades em que vivemos. Isso vale para tudo, até mesmo para a contratação de professores, para a falta de equipamentos, para os problemas sociais vivenciados dentro de nossos muros. Se a indicação de problemas não for acompanhada de propostas de longo alcance, marcaremos o passo ou mesmo regrediremos.



Fotos Regina Agrella



Tulló Vigevani é professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da UNESP, campus de Marília.

## Qual o limite da gratuidade?

Ivan Aparecido Manoel

O ensino público superior deve ser todo ele gratuito, em todos os seus níveis e modalidades? É justa tal gratuidade, geral e irrestrita?

Em tempos passados, o médico, o engenheiro, o dentista, o professor, etc. ao receberem seu diploma iam para o trabalho e o que necessitavam aprender, além do que haviam estudado na faculdade, hauriam nos livros e revistas, comprados ao longo dos anos; raramente iam a congressos e cursos de aperfeiçoamento.

Na complexidade do mundo atual a realidade é outra. Os avanços vertiginosos da ciência e da tecnologia, as novas necessidades e os direitos sociais exigem não só a especialização, mas também o constante aperfeiçoamento profissional.

Parte dessas exigências se resolve com os cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* das universidades públicas não são apenas gratuitos, nos níveis de mestrado e doutorado, como também apresentam a possibilidade de usufruto de bolsas oferecidas pelas agências de fomento – Fapesp, Capes, CNPq, etc.

Mas, nem só de mestrado e doutorado vivem as universidades...

Cada vez mais se torna imperiosa a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu*, de caráter técnico profissionalizante ou de especialização em uma área restrita do conhecimento ou prática profissional.

É verdade que os programas *stricto sensu* são o caminho para geração de profissionais altamente capacitados para a pesquisa, básica e aplicada, e o magistério universitário. Mas, não é verdade que o mesmo ocorra com outros profissionais.

Tome-se o caso dos dentistas e dos advogados para exemplo.

Esses profissionais, em sua prática diária, não têm razão alguma para buscar vagas nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, porque não são pesquisadores nem professores universitários. No entanto, também precisam constantemente de atualizações e aperfeiçoamentos.

Vejam o caso dos dentistas. Novas técnicas de tratamento dentário, novo instrumental, moderno, computadorizado, empregando o *laser*, são oferecidos pelo mercado em velocidade vertiginosa, exigindo que os profissionais da odontologia busquem os cursos de pós-graduação *lato sensu* para conseguirem exercitar a prática odontológica diária em seus gabinetes.

Os advogados tributaristas não necessitam do mestrado e do doutorado, mas necessitam dos cursos que os possam habilitar ao desempenho do trabalho em sua área específica de atuação.

Esses profissionais resolvem suas necessidades buscando os inúmeros cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela parceria entre ANPG, OAB, APCD e as universidades privadas, a um custo altíssimo para o interessado.

Por que a universidade pública também não pode atuar nessa área? Por que não parcerias entre instituições para o oferecimento de cursos de *lato sensu* de alta qualidade, a um custo significativamente menor do que os oferecidos atualmente pelo mercado?

Um dos argumentos contra é a tese de que a universidade pública deve oferecer gratuitamente todos os seus serviços.

Esse argumento é falacioso.

A formação básica, isto é, a graduação e a formação de pesquisadores e professores universitários foi, é e continuará a ser gratuita e com a possibilidade de usufruto de bolsas.

Esse compromisso da universidade pública é irrevogável.

No entanto, os cursos *lato sensu* são outra história. Eles são cursos de capacitação técnica e profissional destinados a profissionais que já estão operando no mercado e que não serão pesquisadores ou professores universitários.

Não há, então, por que oferecer gratuitamente cursos dessa natureza. Ao contrário, o oferecimento desses cur-

sos mediante cobrança de taxas mensais seria benéfico.

Primeiro, porque geraria o ingresso de recursos que, por pequenos que fossem, seriam muito bem-vindos para reforçar o combalido orçamento de custeio das faculdades.

Segundo, porque seria uma forma de aumentar a presença da universidade pública, que participaria mais ativamente na capacitação de profissionais, oferecendo aos interessados a excelência de seu corpo docente e o conhecimento produzido nas pesquisas básicas e aplicadas, sem quebrar o compromisso da gratuidade da formação básica e de pesquisadores.



Ivan Aparecido Manoel, professor do Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP, campus de Franca, unidade da qual é vice-diretor.

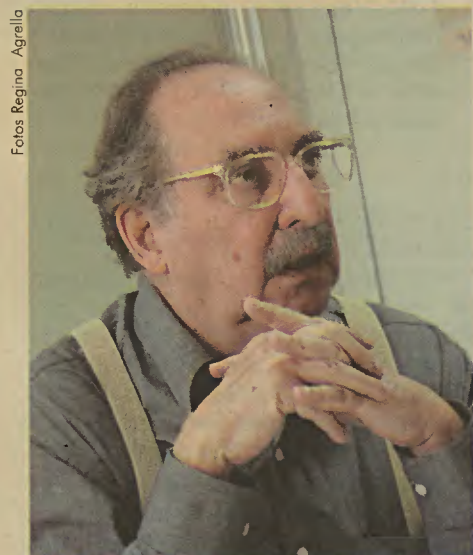
# Poder à sala de aula

## Tendência de complicar questões é criticada

Jorge Nagle, reitor da UNESP de 1985 a 1988 e ex-secretário da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, critica a burocratização, a tendência a complicar as discussões sobre a reforma universitária, estabelece prioridades, como a necessidade de repensar a graduação e de vincular a extensão a políticas públicas, e acredita que a sala de aula é o microcosmos onde se encontram as questões fundamentais do ensino superior e da sociedade brasileira.

**Caderno Especial:** O que significa reformar a universidade pública brasileira?

**Jorge Nagle:** Primeiro, não basta discutir a reforma da universidade pública, embora seja ela a comprometida com os deveres republicanos. É necessário alargar o debate para a situação do ensino superior como um todo, que inclui as universidades públicas, as privadas, as confessionais, além de instituições de ensino superior não-universitárias. Não é conveniente partir de uma abstração chamada universidade pública brasileira, pois as realidades das instituições federais, estaduais e municipais são bem diferentes. Corre-se o risco de estabelecer normas que, por servirem para todas, não servem para nenhuma.



**“Não é conveniente partir de uma abstração chamada universidade pública brasileira, pois as realidades das instituições federais, estaduais e municipais são bem diferentes.”**

Jorge Nagle

**CE:** Mas o que precisa mudar?

**Nagle:** A graduação é o primeiro grande desafio. Continua tal como era há 50 anos, enquanto a sua posição no sistema mudou. Antes, era o término do ensino superior, hoje é o início, pois, depois dela, vêm os cursos de pós-graduação. Prensada entre o ensino médio e a pós-graduação, a graduação enfrenta o desafio de promover um ensino superior de massa, mas não massificado. Na graduação ocorre a democratização do ensino e, hoje, alunos de novas camadas sociais estão entrando no ensino superior e nada vem sendo feito para responder a essa nova realidade.

**CE:** O atual debate aponta nessa direção?

**Nagle:** Infelizmente, a tendência é complicar e burocratizar as questões. É preciso fazer análises sem afetação. Fala-se, por exemplo, muito em qualidade, mas não se sabe o que ela é ou como ela pode ser verificada. Poderemos considerá-la como a comparação entre aquilo que se atinge no trabalho acadêmico, na sala de aula, e aquilo que está inscrito nos objetivos do ensino superior. Assim, o diálogo avança. Exercícios dessa natureza, sem pedantismos, de orientação prática, é o que está faltando nas discussões.

**CE:** O tripé ensino, pesquisa e extensão deve ser mantido?

**Nagle:** As três funções precisam ser preservadas; é urgente articulá-las, pois estão ainda isoladas umas das outras. Novas articulações podem e precisam ser feitas. Cada uma das três, cada qual a seu modo, é igualmente importante. Como a extensão foi introduzida depois do ensino e da pesquisa, é muitas vezes tratada quase como função sem importância, sem dignidade. Acreditado, no entanto, que se encontra nela a grande oportunidade de verificar se o trabalho no ensino superior está sendo adequado, produtivo. A extensão coloca o aluno nos quadros da sociedade e, assim, avalia se o que está acontecendo na sala de aula funciona, além dos muros acadêmicos, de acordo com os objetivos propostos. A extensão deve ser um instrumento de realização de políticas públicas, que reforce valores democráticos e fortaleça o Estado.

**CE:** Em que outros aspectos a graduação precisa melhorar?

**Nagle:** Temos um ensino superior sem cultura superior. Todo o ensino superior deveria articular educação, cultura e desenvolvimento nos níveis federal, estadual e municipal. Enquanto isso não acontecer, continuará sendo culturalmente pobre, pois a tendência é segmentar o conhecimento, o que leva a um estreitamento do campo de abrangência da educação superior.

**CE:** O problema está então na sala de aula?

**Nagle:** As questões do ensino superior e das universidades, em particular, não serão resolvidas no Conselho Universitário, neste ou naquele órgão colegiado, mas sim na sala de aula. O problema é que ocorre uma dissociação entre as questões de natureza macroscópica, como reforma universitária, por exemplo, e as de natureza microscópica, como as pedagógico-didáticas. Ainda não percebemos que as grandes determinações sociais (macro) estão presentes na sala de aula (micro) – o problema é ter sensibilidade, recursos intelectuais para identificá-las nesse contexto “menor”.

**CE:** A sala de aula a que se refere vai além do espaço físico, lousa e carteiras?

**Nagle:** O espaço da sala de aula deve ser construído para promover o desenvolvimento não só intelectual. Inclui a sala de aula propriamente dita, os laboratórios, as bibliotecas, todo o ambiente da instituição. Muitas vezes, a convivência acadêmica é mais importante que o conteúdo de uma disciplina. Por tudo isso, defendo a ideia de que se dê todo poder à sala de aula.

# O significado do professor

## A necessidade da discussão

Para Paulo Milton Barbosa Landim, reitor da UNESP de 1989 a 1992, o termo reforma universitária não deveria ser utilizado. Ele acredita que basta colocar em prática os princípios que já estão estabelecidos pelo LDB de 1996. Nesse sentido, acredita que seja necessário uma restauração de valores, como o da ética profissional, baseado numa profunda discussão dentro da Universidade.

**Caderno Especial:** Por que é necessário reformar a universidade brasileira?

**Paulo Milton Barbosa Landim:** Até o momento não consegui entender o que significa esta reforma universitária que o governo pretende propor. Penso que o termo reforma é equivocado. Não há necessidade de reforma. O que é preciso é discutir dentro da Universidade os problemas que ela tem, como, por exemplo, a burocratização dos processos decisórios e o atual papel dos departamentos, e procurar resolvê-los. As ferramentas para tanto já existem. Basta lembrar que, após a Reforma Universitária de 1968, foi promulgada, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que oferece parâmetros para o ensino universitário no País. Ela dá grande liberdade à Universidade, mas também procura dar-lhe mais responsabilidade. Não há necessidade, portanto, de uma reforma, mas sim de aplicar o que já está na atual LDB.

**CE:** Que mecanismos a LDB oferece?

**Landim:** Posso apontar alguns, como a presença obrigatória de 70% de docentes nos órgãos colegiados e o fato de as eleições para a escolha de dirigentes não poderem ser paritárias. Isso, inclusive, está implantado na UNESP. Em termos de avaliação, foi criado o Provão, uma ótima ideia, mas que já passa por modificações. Há possibilidade de estabelecer cursos sequenciais, mais rápidos e dinâmicos; a liberdade para estabelecer critérios de seleção para entrada de estudantes na universidade; incentivo para o ensino a distância; etc.

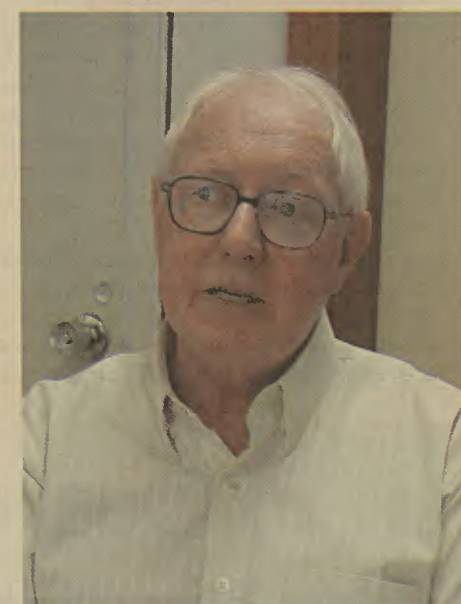
**CE:** Nesse panorama, o tripé ensino, pesquisa e extensão se mantém de pé?

**Landim:** Claro. A pesquisa, no Brasil, teve um grande desenvolvimento a partir de 1968 com verbas de órgãos federais de fomento como Capes, CNPq e Finep, mas não se pode esquecer que a função primordial da Universidade é o ensino. Acontece que o Brasil, por ser um centro importador de tecnologia, tem uma característica peculiar. A Universidade é o grande centro de pesquisa quando deveria ser um grande centro formador. Excetuando empresas como a Embrapa e a Petróbrás, poucas fazem pesquisas e a universidade assume essa função. Acrescente-se a isso o fato de que somente um bom ensino e uma boa pesquisa podem gerar projetos de extensão de qualidade.

**CE:** Em que direção deve caminhar

então a discussão sobre o futuro da universidade?

**Landim:** Não adianta muito discutir salários e verbas se não houver um debate sobre as atividades em sala de aula. O que interessa é o aluno. A partir dos governos militares, porém, o Estado optou por deixar a ampliação dos cursos de graduação por conta das instituições privadas de ensino superior, enquanto a universidade pública se voltou, fundamentalmente, para a pós-graduação e a pesquisa. De um modo geral, portanto, o ensino de pós-graduação vem sendo oferecido em melhores condições que o de graduação. Atualmente, as verbas para as universidades públicas não permitem ampliar o número de vagas na graduação e, nas instituições particulares, sobram vagas, com grande inadimplência. O resultado é que o governo sofre pressões de ambos os sistemas e procura a solução na discussão sobre a reforma.



**“É necessária uma restauração de valores, como o da ética profissional, baseada numa profunda discussão dentro da Universidade. Com certeza a instituição precisa de autonomia e de financiamento.”**

Paulo Milton Barbosa Landim

**CE:** Nesse panorama de certo ceticismo apresentado pelo senhor, há alternativas?

**Landim:** É necessária uma restauração de valores, como o da ética profissional, baseada numa profunda discussão dentro da Universidade. Com certeza a instituição precisa de autonomia e de financiamento. A partir daí, porém, é necessário resgatar o significado do que significa ser um professor universitário. Não que sejamos seres especiais, mas temos que ter uma característica fundamental: o interesse pelo aluno. A preocupação com a sua formação. Isso independe de reforma universitária, porém exige uma atitude pessoal do docente, seja ele professor titular ou professor assistente, perante a profissão que exerce.

# Respeito à diversidade

## Qualidade, autonomia e desenvolvimento são indissociáveis

Atual conselheiro do Conselho Nacional de Educação e reitor da UNESP de 1993 a 1996, Artur Roquete de Macedo acredita que a reforma universitária é necessária para adequar a universidade à atual conjuntura mundial e brasileira, considera a autonomia e a avaliação faces de uma moeda chamada qualidade e entende que, pior que não fazer uma reforma, é fazê-la sem levar em consideração as aspirações da sociedade.

**Caderno Especial:** Por que é preciso reformar a universidade brasileira?

**Artur Roquete de Macedo:** Nos últimos 30 anos ocorreram transformações sociais, políticas, científicas e acadêmicas muito importantes. No entanto, a nossa universidade manteve-se e se mantém baseada num modelo oriundo das universidades européias do início do século passado. Em função da atual conjuntura mundial e brasileira, é necessária uma reforma universitária para atualizar a nossa universidade e redirecionar sua missão, bem como modernizar os seus métodos e processos de gestão acadêmica e administrativa.

**CE:** A autonomia das universidades é fundamental nesse processo de reforma?

**Macedo:** Certamente. A autonomia acadêmica, de gestão financeira, patrimonial e política das universidades estaduais paulistas, embora tenha que ser rediscutida e aprimorada, é um modelo que pode ser utilizado como referência nessa discussão. A questão financeira, no caso paulista, merece reflexão, pois o repasse para as universidades está vinculado apenas a um tributo. Uma alternativa viável e mais adequada é a definição de um percentual calculado sobre uma cesta de tributos (ICMS, IVA, etc.) o que determinaria menores variações no orçamento da Universidade, proporcionando uma situação financeira mais equilibrada. Outra possibilidade é vincular o percentual diretamente à arrecadação do Estado, como ocorre com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

**CE:** Quais outros aspectos não podem ser deixados de lado?

**Macedo:** É fundamental um processo de avaliação institucional abrangente e isento, focalizando a gestão acadêmica e administrativa e que tenha como objetivo a otimização de recursos. Esse mecanismo deve incluir uma auto-avaliação e uma avaliação complementar externa. Autonomia e avaliação são faces de uma mesma moeda chamada qualidade.

**CE:** Quais são os requisitos para um projeto de ensino superior brasileiro?

**Macedo:** Autonomia, qualidade e desenvolvimento científico e tecnológico são indissociáveis e imprescindíveis no processo de inclusão social. Falta ao País um projeto para o ensino superior que englobe o sistema como um todo, levando em conta as Universidades públicas fe-

derais, estaduais, e municipais, as privadas e as outras instituições, como os Centros Universitários, Faculdades Integridas e os Institutos Isolados. Todas devem ser avaliadas por um mecanismo muito sensível que considere as diferenças regionais e institucionais. Sob um sistema de diretrizes harmônicas deve haver uma política de preservação da cultura local e respeito às diversidades históricas e regionais de cada instituição.



**“É fundamental um processo de avaliação institucional abrangente e isento, focalizando a gestão acadêmica e administrativa e que tenha como objetivo a otimização de recursos.”**

Artur Roquete de Macedo

**CE:** Nessa ótica, a reforma universitária vem sendo debatida adequadamente?

**Macedo:** O debate não atingiu a sociedade como um todo. Está restrito, por enquanto, a um projeto da academia e das forças partidárias que estão no governo. Basta verificar que o Conselho Nacional de Educação – do qual faço parte –, que é um órgão de Estado composto por educadores de origens, perfis e ideários distintos, só foi acionado para debater o tema na reunião de maio do corrente ano. Além disso, o projeto apresentado pelo governo para discussão não passa de um documento genérico e superficial, sem proposição de medidas e ações concretas para aprimorar o Sistema Universitário Brasileiro. A partidarição e a politização vêm predominando em detrimento da utilização, em sua plenitude, dos canais tradicionais, competentes e legítimos. Pior que não fazer a reforma é fazê-la sem que seja amplamente debatida. É imprescindível que a reforma universitária atenda às aspirações da sociedade e resolva problemas que, na atualidade, impedem a universalização do acesso ao Ensino Superior e a melhoria da qualidade da Educação Brasileira.

# Valorização do ensino

## Graduação é fundamental

Reitor da UNESP de 1997 a 2000, Antonio Manoel dos Santos Silva considera que a reforma universitária pode ser tratada segundo duas perspectivas: a da tradição que, no Ocidente, tem caracterizado essa instituição e a da experiência particular da UNESP. Conclui que o problema da reforma está menos em novas leis ou decretos e mais na prática, ou seja, na ética dos profissionais universitários e na revalorização da docência em nível de graduação.

**Caderno Especial:** A universidade brasileira precisa mesmo de uma reforma?

**Antonio Manoel dos Santos Silva:** Se formos examinar a história da universidade ao longo dos séculos, verificaremos que a universidade, no Ocidente, sempre esteve junto ou à frente das transformações que ocorreram na sociedade. Não se pode dizer que a universidade brasileira atenda hoje a essas condições; pelo contrário, ela está a reboque da sociedade e das profundas transformações pelas quais esta passa. Nesse sentido, justifica-se o empenho por uma reforma.

**CE:** Em que direção deve ser essa reforma?

**Santos Silva:** Qualquer reforma da universidade brasileira que não esteja articulada com uma reforma do sistema educacional como um todo – da pré-escola até a pós-graduação – está fadada a fracassar. Reforma universitária alienada da reforma educacional só faz aumentar a crise de sua legitimidade enquanto formadora de seres humanos. Por outro lado, no seu âmbito específico, a universidade deve valorizar o ensino de graduação, incluindo aí o seu vínculo com a pós-graduação.

**CE:** E se a reforma universitária for vista pela ótica da experiência da UNESP?

**Santos Silva:** Desse ponto de vista, a UNESP não precisa preocupar-se muito com as reformas universitárias anunciadas publicamente ou discutidas na surdina, mais preocupadas com problemas de administração e gestão. Desde 1984 a UNESP tem dado passos importantes rumo à democratização interna, bastando-lhe – acho eu – uma prática atenta e cuidadosa de seus estatutos e regimentos. O que considero substancial, há alguns anos, é que, internamente, se aguce a atenção para a importância do ensino de graduação, já que a pesquisa está num ritmo muito bom.

**CE:** Como se deu esse desvio para a pesquisa?

**Santos Silva:** Não sei se a melhor palavra seria “desvio”. Mas tudo começou quando se introduziu, em 1969, no Brasil, um sistema de pós-graduação calçado no MIT. O espírito era formar pesquisadores e docentes, tal como os regimentos de pós-graduação rezam. Entretanto, a ênfase foi sendo cada vez mais a formação de pesquisadores (os “doutores”), com o esquecimento gradativo da importância de se formar o docente para a docência real.



**“Qualquer reforma da universidade brasileira que não esteja articulada com uma reforma do sistema educacional como um todo – da pré-escola até a pós-graduação – está fadada a fracassar.”**

Antonio Manoel dos Santos Silva

**CE:** Como formar um docente que seja um bom professor?

**Santos Silva:** Acho que formar um aluno para ser professor não se reduz à instrução, no sentido de transmissão de conteúdos a serem ministrados posteriormente. Há que prepará-lo para a realidade da sala de aula e para algo que a transcende, a saber, o exercício profissional, seja como servidor público (do Estado), seja como empregado em instituição privada, e isto implica na percepção e defesa do valor social da profissão. Sob esse prisma, a reforma não estaria em propor novas leis e novos currículos, mas no refinamento da conduta dos professores quanto ao ensino – que é questão profundamente ética. Se os pesquisadores – tanto os consagrados como os iniciantes – sentissem a responsabilidade da docência em graduação, tudo seria diferente. Sinto que boa parte dos alunos de graduação, mesmo aqueles que fazem Licenciatura, põe como alvo, e alvo exclusivo, de sua formação ser pesquisadores (entrar no Mestrado ou no Doutorado).

**CE:** Perante esse quadro, como o senhor vê a possibilidade da reforma universitária?

**Santos Silva:** Num país de cultura ornamental, não tenho outra expectativa senão a da chegada de alguma lei, decreto ou decreto-lei que proponha ou até imponha uma reforma universitária mais preocupada com a administração e a gestão dos recursos, isolada da reforma educacional como um todo, do que com a missão fundamental da Universidade. Sou, portanto, cético quanto à possibilidade de uma reforma que vá ao cerne da questão: a excelência do ensino de graduação, sem a qual não há boa pós-graduação, boa pesquisa e uma extensão digna do nome.

# A reforma universitária e a UNESP

Johnny Rizzieri Olivieri

**E**stamos sendo, nos últimos tempos, bombardeados pela nova reforma que o governo federal quer apresentar para a sociedade, e parece que agora a universidade é a bola da vez. A primeira coisa que perguntamos é se realmente a universidade está precisando de uma reforma, pois reformar nos dá a impressão de que muita coisa está errada nas universidades. Ajustes, mudanças de rumo devido ao desenvolvimento da sociedade, aprimoramento de alguns setores, melhora nos indicadores de qualidade, aumento da eficiência e alguns outros tópicos são sempre necessários e de uma maneira ou outra nós estamos sempre fazendo isso.

Pelos discursos e propostas iniciais apresentadas pelas autoridades, o principal resultado esperado por essa reforma está no financiamento da universidade e no percentual dos universitários brasileiros pelo qual o governo deve ser responsável, transferindo a partir daí a responsabilidade pelos cursos superiores à iniciativa privada. Não vejo interesse em discutir os tipos de cursos oferecidos, muito menos os seus conteúdos, nem o desenvolvimento de algumas áreas estratégicas para o País, quando são necessários investimentos especiais.

As propostas até agora apresentadas apontam para uma oferta de recursos públicos às universidades e centros universitários particulares, que através de um sistema de bolsas ofereceriam va-

gas à população mais carente.

Até o momento não apareceu nenhuma discussão séria sobre a necessidade de criação, por exemplo, de um ensino superior com uma duração de apenas dois anos, um currículo mais flexível de modo a permitir mudanças mais rápidas, e que atendessem às demandas mais imediatas do mercado de trabalho, ou então sobre a necessidade de se introduzir algumas disciplinas da área de Humanas nos cursos mais duros como engenharia, física, química ou mesmo biologia.

Durante o Seminário "Universidade do Século XXI", realizado em Brasília, as colocações e propostas feitas pelo ex-ministro Cristóvão Buarque nos davam um alento de que a reforma universitária caminharia em direção a rever e repensar os rumos e de um certo modo a própria missão de nossa universidade. Ali se começou a esboçar, por exemplo, a necessidade de se introduzir de maneira transversal, em todos os currículos, os conteúdos sobre meio ambiente, ética e responsabilidade social. Foi também naquela ocasião levantado o problema de financiamento das universidades, questão que está sendo discutida em todo o mundo, mas não foi a tônica principal.

E a UNESP, como entra nessa reforma? Antes de tudo, é necessária uma ampla negociação com o Governo do

Estado sobre o financiamento dos aposentados. Todos os fatos apontam para uma falência do Sistema Universitário Paulista se essa questão não for devidamente equacionada. E nesse caso perderíamos uma das melhores experiências e conquistas, que foi a autonomia financeira através de uma participação do ICMS.

Nossa discussão deve começar pelo estabelecimento de um modelo que leve em conta a nossa dispersão por todo o Interior do Estado, e a partir daí estabelecer o tamanho que a UNESP e cada uma de suas Unidades devem ter. Se tivermos que crescer, como será esse crescimento, em quais áreas e *campi*, e em quanto tempo? Com o tipo de financiamento em vigor, não creio ser possível uma expansão indefinida e caótica, sem um critério que leve em conta não só os anseios de cada *campus*, mas também a estratégia geral da UNESP para responder às necessidades e aos desafios científicos e tecnológicos.

Quando digo que devemos discutir o modelo a ser seguido, isso passa por uma definição muito clara de se cada *campus*, ao longo do tempo, será uma pequena universidade, contando com quase todos os tipos de cursos e áreas do saber, ou se o que existe hoje em cada um deles será apenas fortalecido e reforçado, mas não se ampliando a sua diversidade. Eu iria ainda mais longe, creio que devemos discutir se todos os departamentos devem ter todas as suas linhas de atuação implementadas e reforçadas ou se devemos priorizar algumas delas. São questões complexas e que demandam muito debate, mas que não podem ser ignoradas se desejamos ter um modelo viável para a UNESP.

Outro problema extremamente crítico e complicado, mas que deve ser urgentemente enfrentado, diz respeito à descentralização acadêmica e financeira. Como estamos dispersos por todo o Interior, em 23 cidades contando as unidades diferenciadas, é total-

mente inviável manter o atual nível de centralização das decisões.

Por acadêmica entendo que os órgãos colegiados centrais terão única e exclusivamente o papel de formular a política geral e dar as regras e diretrizes para que as Unidades Universitárias as sigam. Na parte financeira, a descentralização deve abranger não somente o custeio, como é hoje, mas também grande parte dos investimentos e pessoal. As decisões sobre onde fazer determinada obra, o que reformar e quem e quando contratar, devem ficar a cargo das Unidades e não mais da Reitoria. É inevitável, neste momento, a pergunta: Teremos coragem e força para uma reforma que diminua o tamanho da Reitoria, e mais, que diminua os pequenos e grandes poderes que lá se encontram? São questões que devem ser enfrentadas se temos a intenção de promover uma reforma verdadeira da UNESP, dando-lhe um caminho que evite uma boa parte das crises que sempre nos assola.



Fotos Regina Agrella

Johnny Rizzieri Olivieri é diretor do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce) da UNESP, *campus* de São José do Rio Preto.

# Autonomia e financiamento

Milton Vieira do Prado Junior

**N**ecessitamos entender, *a priori*, que a proposta do Grupo Intermistrial lançada no final do ano de 2003, chamada de Reforma Universitária, faz parte de um grande acordo dos governos anteriores, reafirmado pelo atual, com o Banco Mundial, que prioriza a retirada de verbas dos servidores e dos serviços públicos em nome do capital. Portanto, devemos iniciar o debate, não com a perspectiva de que a mudança da estrutura da universidade ocorrerá em nível didático-pedagógico e nem sob a ótica proposta pelo movimento docente amplamente debatida e publicada no Caderno 2 do Andes Sindicato Nacional, mas sim com a intenção de desobrigar o Estado com a manutenção e investimento do dinheiro público neste setor.

Dessa forma, o ponto nodal está na autonomia e no financiamento. Defender a autonomia significa efetivamente exercer o poder decisório sobre as questões didáticas, pedagógicas, científicas, de gestão administrativa e financeira, sem nenhuma dependência de governos transitórios e acordos político-partidários; sem nenhuma dependência de mercado e nem utilizada a serviço do capital dominante. Portanto, defendemos que se cumpra lei em vigor garantindo um modelo de universidade que articule ensino, pes-

quisa e extensão em busca da transformação social.

Com essa perspectiva é inaceitável qualquer proposta privatizante da universidade, quer seja através de cobranças de taxas, quer por meio de financiamento através das Fundações de Apoio. Somente com a garantia do repasse constitucional de recursos previstos por Lei, que não necessita ser regulamentado, mas sim exercido, e aumento de recursos públicos é que conseguiremos manter a universidade pública. Se isto não se consolidar vivenciaremos o quadro caótico apontado no Caderno 2 do Andes (2003): "a não aplicação ou aplicação de forma casuística e clientelista dos recursos destinados à educação têm provocado não só a degradação da vida acadêmica, como também têm impossibilitado uma integração entre ensino, pesquisa e extensão [...] fortalecendo o individualismo na busca de soluções particulares de complementação salarial, bem como o financiamento externo para pesquisas [...] essas perspectivas do governo aceleram o processo de privatização..." (p. 45).

Defendemos, portanto, que "a construção de uma universidade pública, na acepção plena da expressão, exige como pré-condição a garantia de recursos públicos para o seu financia-

mento [...] a educação é dever do Estado, razão pela qual a sustentação da universidade é compromisso fundamental do poder público [...] qualquer forma alternativa de financiamento são esquemas disfarçados de privatização" (p. 48).

Assim, a iniciativa apontada pelo governo federal, na chamada "reforma universitária", aponta uma direção inversa à que estamos defendendo. Com um discurso populista de dobrar o número de vagas nas universidades de forma "econômica", conforme apontado pelo Banco Mundial, o governo propõe descaracterizar o modelo existente, comprometendo a autonomia, precarizando o ensino e privatizando o financiamento, visto que defende: o financiamento via fundações, a taxação de alunos e/ou ex-alunos, expansão através do ensino a distância, a compra de vagas "ociosas" nas universidades particulares, alteração da relação número de alunos por professor, ou seja, menor número de professores atendendo maior número de alunos, entre outras medidas.

Fica evidente a desqualificação da Instituição Pública, o desvio de verba pública para a iniciativa privada, em nome da parceria público-privado e do compromisso social do governo. A compra de vagas nas universidades particulares, de qualidade duvidosa, visando atender aos setores excluídos da sociedade define a política vigente hoje, ou seja, um ensino de segunda categoria para uma população de segunda categoria, a qual somos totalmente contrários.

O sindicato aponta que o problema é grave, necessitando ser barrado urgentemente através da mobilização, visto que iniciativas previstas na refor-

ma já estão em curso em nossa instituição e vivenciamos um momento de crise. Isto porque a expansão em curso na UNESP baseou-se em mudanças administrativas, didáticas e de gestão, com financiamento externo a cota da universidade, que se não revertido rapidamente, comprometerá o futuro da nossa Universidade como uma instituição pública de qualidade. Portanto, indicamos a rejeição das reformas apresentadas pelo Grupo Intermistrial, somos contrários à reforma ser aplicada a partir de medidas provisórias sem o debate com a comunidade e defendemos o financiamento público com verbas públicas para a universidade pública.



Milton Vieira do Prado Junior é professor do Departamento de Educação Física da Faculdade de Ciências (FC) da UNESP, *campus* de Bauru, e presidente da Associação de Docentes da UNESP (Adunesp).

# A universidade e a inovação tecnológica

José Brás Barreto de Oliveira

Invariavelmente o estágio de desenvolvimento econômico e social de um povo ou de uma nação está associado à sua capacidade de apropriação do conhecimento em suas várias dimensões, o que pressupõe a utilização do saber acumulado e sistematizado para o desenvolvimento de técnicas, de processos e de produtos e, principalmente, a geração de novos conhecimentos. Atualmente, na chamada sociedade do conhecimento, capitalista e globalizada, mais que nunca a prosperidade do País está atrelada à sua capacidade de agregar valor aos bens produzidos, possível apenas se realizar inovação tecnológica.

No início de abril o governo brasileiro divulgou sua proposta de política industrial, sustentada na inovação tecnológica. Também enviou ao Congresso Nacional a proposta da Lei de Inovação. Por outro lado, está em curso a discussão sobre a reforma do ensino superior. Portanto, é importante identificar como a reforma universitária poderá ajudar a ampliar a contribuição da academia para fomentar a inovação tecnológica, condição indispensável, embora não suficiente, para a superação do nosso atraso tecnológico e econômico.

O panorama da ciência e tecnologia indica significativa melhoria da participação do Brasil no cenário mundial, refletida nos números de publicações em revistas internacionais indexadas e de doutores formados. Todavia, constata-se um inexpressivo número de patentes registradas. O quadro explicita nítido desequilíbrio entre a produção científica e a formação de pessoal capacitado em relação à produção de inovação tecnológica, conseqüência da prevalência quase que total da produção de conhecimento no meio acadêmico, notadamente na universidade pública, e quase nenhuma no interior das empresas, a quem cabe essencialmente a tarefa da inovação. A produção de inovação tecnológica no Brasil é seriamente comprometida pelo baixíssimo nú-



mero de cientistas e engenheiros atuando em pesquisa e desenvolvimento na iniciativa privada, situação que se agrava por causa das dificuldades de interação entre a universidade e a empresa, decorrentes de fatores culturais, ideológicos e legais.

A principal função da universidade não é garantir a inovação tecnológica, mas sim formar profissionais altamente qualificados, ampliar as fronteiras do conhecimento em ciências básicas e aplicadas e fazer extensão, em atendimento a parcela das demandas sociais. No entanto, o desequilíbrio apontado acima e a premência de se encaminhar soluções impõem à universidade brasileira a tarefa de contribuir decisivamente com o incremento da inovação tecnológica. Algumas ações, se consideradas na reforma, sem concorrer com as atividades primordiais da universidade, poderão favorecer nesta empreitada. São elas: a) O estabelecimento de mecanismos claros e transparentes para nortear a interação universidade-empresa e facilitar a transferência de conhecimento, por exemplo, em relação à propriedade intelectual e à atuação de docentes em empresas; b) A promoção do empreendedorismo, considerando-o como aspecto relevante na formação dos futuros profissionais; c) A disseminação de incubadoras de empresas de base tecnológica para atuarem integradas às atividades acadêmicas pertinentes; d) A atuação direta, ou em parceria, na formação profissionalizante de tecnólogos.

O caminho apontado acima supõe a flexibilização da legislação, esforços para superar as restrições de ordem cultural limitantes da relação universidade-empresa, bem

como o estabelecimento de regras e condutas que impeçam a apropriação da estrutura da universidade para atender a demandas exclusivamente privadas. O desafio é o de não prescindir da atuação das instâncias constituídas na universidade, mas também não criar óbices que incapacitem os pesquisadores de corresponder às exigências pertinentes à inovação, tais como o sigilo e o rigoroso atendimento aos prazos.

As medidas a serem eventualmente adotadas deverão estar em consonância com a Lei de Inovação a ser aprovada e com definições a respeito dos temas fundamentais da reforma universitária, a saber, o seu financiamento, o acesso e a autonomia. O caminho apontado, ao facilitar a transformação do conhecimento adquirido na academia em fator de desenvolvimento sustentável, sem que a universidade perca seu caráter de bem público, ajudará o País na imensa tarefa de superar o persistente atraso econômico que, aliado à má distribuição das riquezas, desespera milhões de brasileiros.



José Brás Barreto de Oliveira é diretor da Faculdade de Ciências da UNESP, campus de Bauru.

# A quem interessa a reforma?

Odeibler Santo Guidugli

As tensões fazem parte da vida humana e, se surgidas com características adequadas e em momentos também propícios, ajudam a apontar os caminhos das mudanças, especialmente daquelas que importam a toda a sociedade. Na atualidade brasileira, dentre tantas outras tensões, a instituição universitária está em questão. Sob quais aspectos? Principalmente aqueles relacionados ao acesso à universidade, ao número de seu alunado e, especialmente, aos que dela saem diplomados. Estas diferentes questões são mostradas como uma das tensões de nossa sociedade. Para resolver a questão, há uma proposta em marcha envolvendo a Reforma Universitária. Entretanto, se válida como projeto para a sociedade, algumas vezes, a proposta que vem sendo discutida é incompleta e marcada por uma verdadeira falta de diálogo com a sociedade à qual ela se destina.

A reforma pode ser considerada incompleta pela abrangência limitada da discussão, que contempla apenas o ensino superior, ainda assim predominantemente sob a ótica da exclusão de jovens e do financiamento das instituições, quando, na verdade, teríamos que discutir amplamente a reforma do

ensino como uma totalidade – e isto é uma outra coisa.

Por que alunos negros ou favelados não ingressam na universidade? Este parece ser o mote singular da proposta de reforma da universidade em curso. Admitir que estas características determinam, direta ou indiretamente, esta exclusão é de uma simplicidade gritante. É óbvio que não ingressam porque o ensino e as condições de aprendizagem a eles oferecidos pelo próprio Estado, nos níveis básico e médio, são as principais variáveis determinantes desta situação. Em sua maioria, eles não podem frequentar boas escolas privadas e as públicas, regra geral, não oferecem qualidade de ensino. Se mudarem estas premissas, será alterado o perfil do que temos hoje. Assim, discutir a reforma universitária implica estabelecer bases mais abrangentes e propostas mais coerentes para avaliar o que vem sendo proposto. No entanto, até agora, as discussões que vêm ocorrendo não exibem este perfil.

A falta de diálogo com a sociedade a que nos referimos não é apenas daquele reclamado por docentes, pesquisadores, servidores e alunos da universidade. Falamos de um outro diálogo

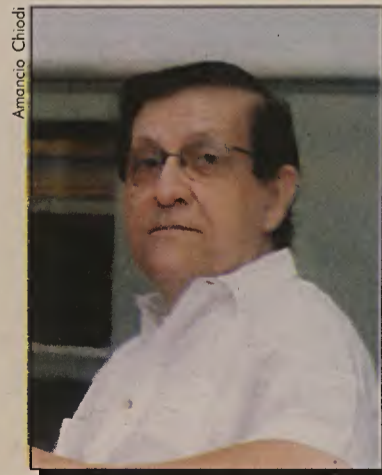
que deve, necessariamente, envolver a sociedade interna e a sociedade externa à instituição. Como ele tem se apresentado quando consideramos as relações entre ambas?

Um conjunto de situações tradicionalmente estabelecidas marca essas relações: a busca da universidade como um caminho para seus jovens; a expectativa de que eles saiam preparados para o trabalho; e, em algumas áreas, relações que visam resolver problemas específicos apenas de um determinado segmento social. Entretanto, isto não pode ser considerado como um verdadeiro diálogo. Supõe-se que, com a reforma da universidade, busca-se reordená-la. Mas para quem ou para quê? Será que a universidade está sendo erodida de seus valores e finalidades? Ou o que vem ocorrendo é uma nova forma de violência do desenvolvimento? Ou ainda queremos apenas imprimir marcas pessoais e momentâneas em algo tão permanente? As questões envolvem alternativas muito diversas, mas, para reformar, é preciso efetuar alguma escolha.

A sociedade demanda uma nova universidade, mas a maneira de construí-la precisa ser democrática e inovadora, pois esta não é a primeira – e não será a última e nem a mais importante – reforma da instituição. A reforma é necessária, mas precisa ter como base um diálogo sólido com a sociedade, que, por sua vez, precisa estar mais presente nas discussões e ser mais participativa em suas escolhas. Isso significa que ela precisa participar dos processos que preparam pessoas, desenvolvem ações e

tomam decisões que moldam, permanentemente, sua vida num mundo em que o conhecimento é crescentemente relevante.

As transformações desejadas pela sociedade passam pela mudança de uma situação de dependência sem participação para uma outra que envolve a participação em direção à solidariedade e à busca de uma vida melhor. Não ouvir corretamente a sociedade em questões tão relevantes é uma forma de violência, mas, ouvi-la significa dizer que aqueles que hoje dela estão ausentes não representam qualquer problema, mas podem – e muito – contribuir para a solução que estamos buscando.



Odeibler Santo Guidugli é professor-adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) da UNESP, campus de Rio Claro.

# Ajuste ou reforma?

Marco Aurélio Nogueira

Nos últimos anos, a universidade brasileira tem se debatido intensamente numa crise que, dentre outras coisas, pode ser responsabilizada pelo estado de exasperação, insatisfação, “desconstrução” e experimentalismo que se instalou nos circuitos acadêmicos e está revirando seus fundamentos organizacionais, pedagógicos e culturais. É uma crise que se confunde com uma mudança paradigmática nas formas de explicação do mundo, nos hábitos e comportamentos intelectuais, no modo de trabalhar e conceber o trabalho, nos modelos seguidos para organizar atividades técnicas, administrativas e educacionais. Associa-se à reestruturação produtiva em curso, à globalização capitalista, à informatização, ao modo como se passou a viver a vida, fatores e processos estes que estão modificando profundamente as sociedades contemporâneas, seus valores e suas instituições. Além disso, repercute os procedimentos que têm sido adotados pelos governos no campo da reforma do Estado, que seguem um sentido perigosamente hostil à comunidade política e à vida pública, ao mesmo tempo em que cortejam acintosamente o mercado.

Para decidir o combate a esta situação, creio ser necessário estabelecer desde logo uma distinção. Nosso problema não é promover cortes, ajustes e regulagens que otimizem o uso dos recursos universitários, cerceiem excessos e privilégios, façam o ensino e a pesquisa ficar mais “baratos”. Por mais que tudo isso seja relevante, não toca no fundamental nem tem potência suficiente para impulsionar a universidade. Se vamos discutir reforma, precisamos nos dispor a *reformular* a universidade, não a *ajustá-la*: atingir sua forma e sua estrutura, seus procedimentos e sua “alma”, as operações administrativo-financeiras e as práticas intelectuais.

Uma reforma de verdade não se faz a partir de decisões governamentais, diretrizes normativas ou decretos-leis. Não é somente uma questão de vontade política ou de determinação. Para falar de um modo provocativo: não é um problema de *ação*, mas de *projeto e interação*. Se quisermos mesmo uma reforma, preci-

saremos nos dispor a pensar em termos de tempos longos, de avanços sucessivos, de modificações progressivas. Ações de impacto, que choquem e agridam mas que não se integrem em um plano transparente e compartilhado, são o caminho mais curto para o fracasso. A universidade é um espaço categoricamente dialógico e pode, por isso mesmo, olhar nos olhos da crise, interpelá-la e reinventar a si própria como práxis e instituição.

Para tentar sair um pouco deste enfoque abertamente abstrato, sugiro que uma iniciativa reformadora não poderá evitar alguns decisivos eixos temáticos.

(1) **Massificação.** Forçada a se converter em fenômeno de massa, a universidade ainda não conseguiu se ajustar inteiramente a isso. Perdeu a condição de abrigo da “cultura superior”, sendo levada a ter de disputar espaço com a sociedade e a cultura de massas. Respondeu a isto com a sua própria expansão. Cresceram, assim, tanto o número de estudantes quanto o de professores e servidores administrativos, “deselitizando” parcialmente a universidade, forçando-a a operar em outra escala de tempo e a partir de novos procedimentos organizacionais e didático-pedagógicos. O ensino e a produção de conhecimentos viram-se então alterados, na medida em que tiveram de responder a novas demandas e exigências, abrir-se para universos mais instrumentais e aplicados, e com isso simplificar-se. Agora, a universidade (a pública, sobretudo) não tem como deixar de continuar crescendo para absorver as massas de jovens que batem às suas portas. Terá de abrir mais vagas e mais cursos, oferecer mais aulas e serviços de extensão, diversificar sua oferta. Mas não terá sucesso nesta operação e se descaracterizará se abrir mão de princípios consolidados, se postergar a qualidade para um ponto futuro não determinado, se optar por se mexer sem cessar apenas para não ficar parada.

(2) **Autonomia universitária.** Autonomia é liberdade de fazer opções, gerir recursos e tomar decisões, mas tam-

bém é capacidade de traduzir as condições externas (gerais) em princípios de organização e atuação. Não se trata nem de auto-suficiência, nem de fechamento, mas de uma radical e específica forma de se abrir para o exterior. A universidade precisa recuperar o poder de decidir o fundamental, quer dizer, seu modo de funcionamento, não tanto no plano administrativo-financeiro mas sobretudo no plano propriamente acadêmico. Isto significa, antes de tudo, rebelar-se contra a tirania da produtividade, dos critérios quantitativos, dos prazos curtos definidos por agências que são ex-

ternas a ela, ainda que estejam sob controle da “comunidade acadêmica”. Significa também, por extensão, dar novo sentido e significado à idéia de formação e conhecimento, revendo seus currículos, sua sistemática didático-pedagógica e seus planos de estudo.

(3) **Ensino e pesquisa.** A relação deve ser de equivalência e complementaridade efetiva. Não há por que privilegiar unilateralmente a pesquisa, como se ela pudesse frutificar fechada em si mesma e fora das salas de aula. É insensato enfatizar a pesquisa como porta de entrada no mundo da captação de recursos, até porque isto violenta a própria natureza da investigação científica. Uma instituição universitária que banaliza o ensino não progride como espaço de formação. Ensino e pesquisa são atividades fundamentais e devem integrar, em igualdade de condições e mediante articulações de reciprocidade e troca contínua, a estrutura e a cultura de todas as instituições acadêmicas, não apenas das “melhores”.

(4) **Democratização:** ir além do refrão “mais vagas” e “mais participação”. Democratizar não pode significar apenas ter acesso facilitado, representação paritária e eleições diretas para os cargos de direção, por mais que isto seja relevante e indispensável para a dinamização dos ambientes universitários. A democratização só fará sentido se souber rever seus próprios passos, respeitar a especificidade e a finalidade da instituição, e se traduzir em termos substantivos, quer dizer, em termos de *democratização do conhecimento*. Democratizar precisa significar, também, criação das condições institucionais e comportamentais (didático-pedagógicas) necessárias para uma formação de massas igualitária, baseada numa igualação categórica das oportunidades, de modo a propiciar a *todos* (e não apenas

aos “mais capacitados”) as mesmas condições de progressão intelectual, acesso a conhecimentos e interação acadêmica.

(5) **Gestão.** Não há mais como improvisar neste terreno. Tarefas de direção, gerenciamento e administração precisam ser assumidas como tais. Não se trata de dedicação, nem de adoção dos melhores “modelos”, mas de capacidade de construir decisões e levá-las à prática, de agregar recursos e aplicá-los segundo critérios de mérito que são específicos do universo científico. É errada a idéia de que a universidade pode ser simplesmente “gerenciada”, para que professores e estudantes cuidem do essencial, isto é, estudem e pesquisem. A gestão universitária não deveria ser delegada, terceirizada ou simplesmente “tocada” por alguns especialistas.

Pela via da reposição do mérito, a universidade se reencontrará com seu sentido originário e poderá deslanchar como instituição dedicada à produção e difusão de conhecimentos. Pela via da democracia, terá como construir um pacto que solidarize os interesses, respeite as individualidades e incentive a participação de todos. Renovando a gestão, aprenderá a dar conta das rotinas sem se deixar rotinizar, inventando-se permanentemente como instituição. E, por fim, dialogando de modo inteligente com a sociedade, terá como se conhecer melhor e encontrar incentivos para não se congelar em si mesma, não respirar seu próprio ar, nem olhar apenas para seus próprios interesses.



Fotos Regina Agrella

Marco Aurélio Nogueira é professor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da UNESP, campus de Araraquara.

# Repensando a UNESP

Antonio Celso Ferreira

O MEC deu a partida para a Reforma Universitária, proclamando a comunidade acadêmica e os setores organizados da sociedade civil à construção de uma universidade à altura dos desafios do século XXI. É o que se lê no portal eletrônico criado especialmente para articular e divulgar o debate. Lá se encontram, por exemplo, os textos apresentados e discutidos no *Seminário Nacional Universidade: por que e como reformar?*, realizado em agosto de 2003, que reuniu ex-ministros da educação, reitores, ex-reitores e pensadores da questão universitária. Os diagnósticos, o mais das vezes sombrios, coincidem em linhas gerais; os prognósticos são, no entanto, mais nuançados e polêmicos, expressando diferentes compromissos, leituras do mundo e projetos de mudança. Trata-se tanto do impacto provocado na instituição universitária pelas intensas mudanças ocorridas na economia capitalista internacional – particularmente, na sociedade, na cultura, no trabalho, nas tecnologias e nos conhecimentos –, quanto das mazelas históricas

mais perversas da sociedade brasileira, que ainda se refletem em nossos *campi* de maneira desalentadora. Pela riqueza e sagacidade das reflexões, pelas definições e indefinições que contêm, são textos de leitura obrigatória para todos nós.

A agenda para a continuidade do debate, que terá lugar no governo, no MEC, no Senado e na Câmara Federal, como também em conferências nacionais e internacionais, está organizada em torno de quatro núcleos temáticos: *Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social; Universidade e Desenvolvimento: globalização excludente e projeto nacional; Universidade e Valores Republicanos: conhecimento para a emancipação, igualdade de condições e inclusão social; Universidade XXI, resgate do futuro, estrutura e ordenação do sistema: a tensão entre o público e o privado*. Nestas formulações estão contidos os principais incômodos que enfrentamos cotidianamente.

Pena que até agora os passos para a reforma pareçam ser dados apenas fora

dos muros da universidade, e que não nos reconheçamos como sujeitos dessas ações! Na UNESP, como na maioria das universidades brasileiras, o debate organizado mal começou. Salvo algumas iniciativas bem-vindas, mas esparsas, como as conferências propostas pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, a Universidade ainda não enfrentou a questão como deveria, malgrado sua urgência. De resto, não há propriamente silêncio nem passividade, somente ruídos ressentidos, motivados por razões variadas. Há a condenação prévia das reformas, desacompanhada de reflexões fundamentadas e alternativas sustentáveis, a não ser a retórica corporativa que se aproxima do mais tacanho conservadorismo. Há, também, o voluntarismo de uns poucos, que por suas ações impensadas e isoladas soa inócuo e ineficaz. E há, sobretudo, a perplexidade, o individualismo, a interrogação muda e o ceticismo imobilizador da maioria dos agentes da universidade atual. Agentes nem mesmo seria o termo adequado, se aceitarmos a caracterização, feita por Marilena Chauí, de uma universidade *operacional* que, desde os anos 1990, *perdeu-se de si mesma*.

A UNESP, como parte desse modelo, padece dos males idênticos aos que afetam a instituição universitária em geral, talvez agravados por sua trajetória peculiar. Isto a torna passível de um exame orientado pelos mesmos núcleos temáticos propostos na agenda do MEC. Tenhamos claro que ela merece

ser repensada e reestruturada em fórum próprio, cuja criação e dinâmica devem ser da nossa inteira responsabilidade. Este seria o primeiro passo para transformar nossa condição de meros operadores em agentes efetivos da Reforma Universitária.



Antonio Celso Ferreira é livre-docente em História do Brasil pela UNESP e doutor em História Social pela USP. Autor, entre outros trabalhos, do livro *A epopéia bandeirante: instituições, letrados e invenção histórica (1870-1940)*, publicado pela Editora UNESP, é diretor da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da UNESP, campus de Assis.

Além dos docentes do curso, convidados especiais realizam palestras para enriquecer a visão de negociações econômicas internacionais dos alunos. Uma delas foi a da jornalista Maria Helena Tachinardi. Mestre em Relações Internacionais, trabalhou na *Gazeta Mercantil* durante mais de 20 anos, realizando coberturas internacionais em São Paulo, Brasília e Washington. Diretora de comunicação do Icone, centro de estudos financiado pelo agronegócio brasileiro e que produz estudos para organizações como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), ela narrou a sua experiência. "Falei da minha carreira profissional e das atividades da Icone", conta.

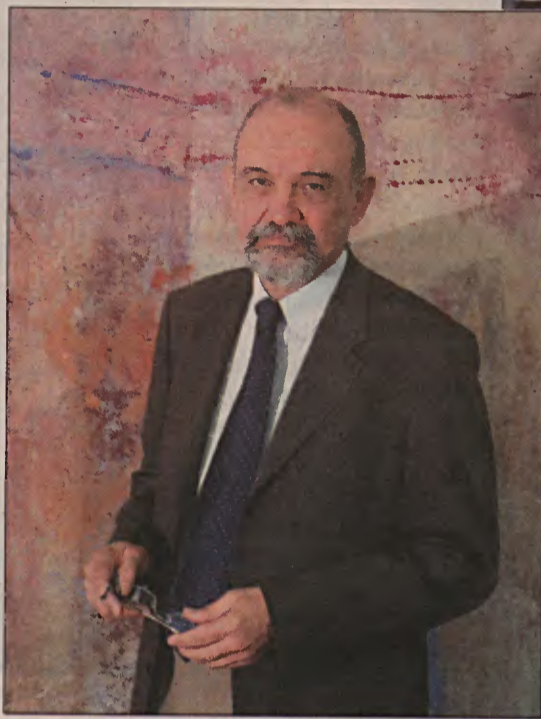
O contato com os alunos foi bastante valorizado pela jornalista. "A maioria deles está bem informada sobre as negociações. Percebi, no entanto, que eles têm uma visão mais baseada nas informações do governo e pouco sob o ponto de vista do que pensam as entidades líderes da sociedade civil", conta.

A necessidade de ter mais subsídios para desempenhar a sua profissão foi justamente o motivo que levou a jornalista Priscilla Amanda Murphy, 30 anos, editora-assistente de Economia de *O Estado de S. Paulo*, a fazer o curso. "Cobri por alguns meses o Itamaraty, em Brasília, e me interessei pela área de negociações internacionais. O curso está oferecendo um embasamento teórico e histórico ao qual é praticamente impossível ter acesso no cotidiano do jornal", comenta.

Outra jornalista presente é Raquel Landim de Oliveira, 25 anos, repórter do *Valor Econômico*. Responsável pela cobertura na área de comércio exterior em São Paulo, procurou o curso para ter uma formação teórica mais profunda e aprimorar a qualidade dos próprios tex-

tos. "As relações internacionais estão ganhando espaço na mídia. Por isso, este tipo de curso é muito importante para o aprimoramento profissional", comenta.

Um profissional que busca no curso justamente subsídio para um melhor desempenho é o advogado Fabio de Almeida Braga, 36 anos, Gerente de Assuntos Legais e Relações Governamentais do conglomerado Ford. Responsável por questões jurídicas das empresas financeiras do grupo, ele buscou o curso por desenvolver tarefas profissionais cada vez mais integradas a uma contextualização regional latino-americana. "Tenho



Dupas: lógica e questões de poder nas organizações

necessidade de aprimorar os conhecimentos acerca das situações econômicas criadas a partir da formação de grandes blocos multinacionais", confessa.

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, João Henrique Pereira Tavares, gerente



Miyamoto: complexas realidades do mundo contemporâneo

de *marketing* da Copersucar-União, 40 anos, acredita que o curso lhe permite utilizar no trabalho as informações e o conhecimento que vem adquirindo principalmente na tomada de decisões, análises de conjuntura, elaboração de cenários e planejamento estratégico. "Poderei assim me tornar um melhor negociador e empreendedor", acredita.

Quem também atua bastante em negociações é Tatiana Porto, 29 anos. Formada em Administração com ênfase em Comércio Exterior, trabalha como analista de relações internacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "Prestamos assessoria e consultoria a cerca de 10 mil empresas e 130 sindicatos de classe. Isso me levou a me inscrever no curso, que apresenta docentes bem preparados, que

oferecem informações atuais e consistentes", afirma.

Se Tatiana trabalha mais próxima aos empresários, Clair Siobhan Ruppert, 22 anos, formada em Relações Internacionais, atua junto aos trabalhadores. Assessora de Relações Internacionais da CUT, também buscou o curso na procura de recursos para aprimorar a sua formação. "Procuro sustentação teórica para a parte prática que vivencio no meu trabalho de negociações econômicas internacionais", comenta.

O professor Miyamoto, da Unicamp, assinala que o comércio internacional desempenha, já há algum tempo, vital importância para todos os países. "Um curso como este pode colaborar bastante para a formação de profissionais na área, dando instrumentos adequados para que eles entendam as complexas realidades do mundo atual."

(O. D.)

## GRADUAÇÃO

# Estrutura sólida

### Curso para o século XXI

A UNESP oferece o curso de graduação em Relações Internacionais em duas unidades, Franca e Marília. O *campus* da Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS), em Franca, reúne áreas do conhecimento que guardam grande afinidade com as Relações Internacionais, principalmente a História e o Direito. O aluno encontra lá, portanto, uma estrutura sólida, com uma biblioteca ampla e atualizada. O curso está localizado em uma cidade com forte inserção no mercado internacional, em uma região do Estado de São Paulo com grande vocação cosmopolita. "Queremos formar um profissional capaz de compreender a linguagem e o fenômeno das relações internacionais e, a partir dessa compreensão, projetar tendências, construindo cenários futuros e desenvolvendo a capacidade de assessorar ou formular políticas na área", diz Suzeley Kalil Mathias, responsável pelo curso.

Na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), *campus* de Marília, onde o curso foi oferecido pela primeira vez no segundo semestre de 2003, há, ao lado de disciplinas específicas de Relações Internacionais, como História das Relações Internacionais no Mundo Moderno,

Política Externa Brasileira, Relações Econômicas Internacionais e História e Diplomacia do Mundo Contemporâneo, uma sólida formação em Ciência Política, Sociologia e História. Essa base permite ao futuro profissional adquirir, processar e analisar informações e conceitos que viabilizem o entendimento do sistema internacional. "Os cursos da UNESP formam profissionais que poderão atuar nos grandes centros do País e também no Exterior, e respondem justamente às necessidades globais de preparar o Brasil para o século XXI", conclui o cientista social Tullo Vigevani, docente do curso de Marília.

(O. D.)



MEDICINA

# Prescrições médicas

Pesquisa revela desconhecimento sobre fármacos

**D**outoramento defendido na Faculdade de Medicina (FM) da UNESP, campus de Botucatu, identificou uma falha grave na educação médica brasileira. Após realizar pesquisa com mais de 700 médicos de todo o País, Juang Horng Jyh verificou uma deficiência preocupante de seus pares sobre as reações, processos alérgicos e antídotos de alguns dos medicamentos mais receitados.



Jyh: doutorado em Botucatu

farmacocinética e farmacodinâmica. “Além disso, 64% não souberam dizer como prevenir o risco de convulsão quando da administração de isoniazida em pacientes com tuberculose”, conta Jyh, cuja pesquisa teve como orientador o toxicologista Igor Vassilieff, professor aposentado do Departamento de Farmacologia do Instituto de

Biociências (IB) da UNESP, campus de Botucatu.

Quando questionados sobre como fazem para se atualizar sobre novos medicamentos, 25% responderam que “os representantes farmacêuticos” têm participação direta. Dos entrevistados, 57% não costumavam pesquisar medicamentos que ainda desconheciam, 73% admitiram que alguma vez já chegaram a prescrever medicamentos sem saber de todas as suas propriedades farmacológicas e 70% nem sempre se certificam dos possíveis riscos de interações medicamentosas. “Não se pode, porém, culpar integralmente os médicos, já que existem mais de 10 mil tipos de remédios disponíveis no mercado, sendo que muitos se renovam a todo o momento. Diante desta realidade, o profissional tem dificuldade de se manter atualizado”, ressaltou Jyh.

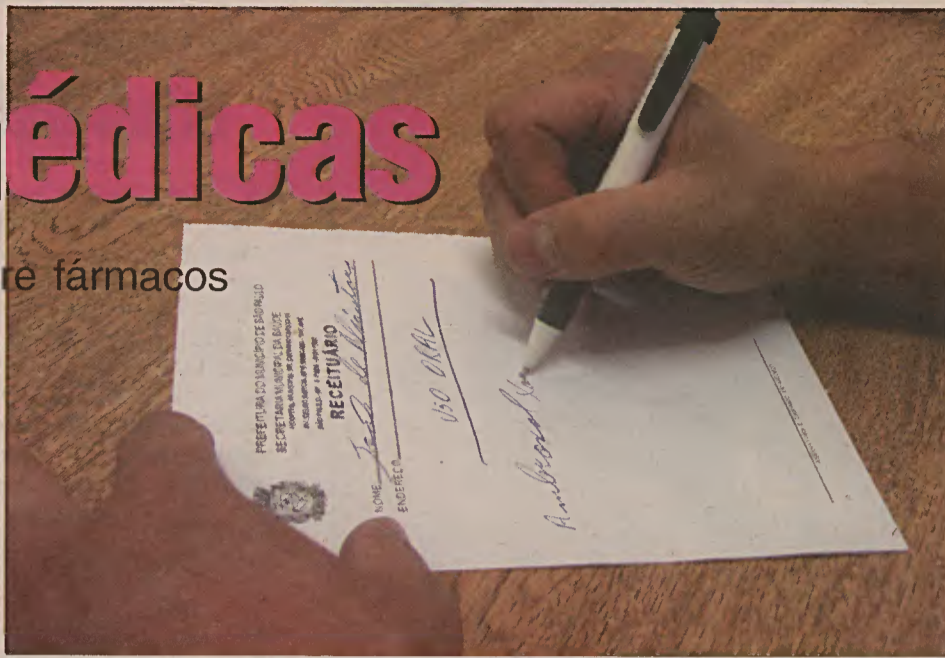
Para o médico, porém, os profissionais da área necessitam conhecer Farmacologia e Farmacoterapia dos medicamentos que fazem parte do seu arsenal de trabalho e fazer atualizações periódicas. “O problema também está na formação e no currículo médico, que vêm sendo melhorados, com o apoio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa”, comenta. (Veja quadro.)

Julio Zanella

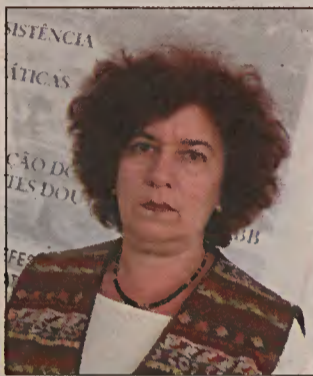
Um dado preocupante é que, embora faça parte da rotina dos médicos, a prescrição de remédios é ainda pouco ensinada nas faculdades de medicina do Brasil. “De acordo com o nosso levantamento, 60% dos médicos afirmaram não ter tido aulas específicas sobre como prescrever medicamentos”, constata Jyh.

Foram distribuídos questionários para estudantes de sexto ano, residentes, pós-graduados e médicos em geral. “O nível de conhecimento foi bastante semelhante em todos os grupos, apenas os que têm pós-graduação e especializações demonstraram saber um pouco mais do assunto”, observou. “Convém lembrar que boa parte dos que responderam participava de eventos científicos. Isso gera uma nova problemática, pois, se aqueles que procuram se atualizar demonstram um baixo conhecimento de farmacoterapia, pode-se especular que os outros tenham uma formação ainda pior.”

Em uma das partes do questionário, procurou-se identificar o conhecimento básico dos médicos sobre farmacologia. Perto de 50% deles não souberam dizer qual era o antídoto no caso de “overdose” de paracetamol, medicamento bastante utilizado, e 65% não conhecem os termos



Deficiência preocupante: receitas inadequadas podem causar reações e processos alérgicos



Eliana: curso sobre uso racional de medicamentos

## Mudança curricular

O médico Juang Horng Jyh espera que, depois da divulgação do seu trabalho, haja mudanças nos currículos médicos. Os próprios entrevistados, mais da metade, reconheceram que o ano em que a disciplina de Farmacologia é ministrado, no segundo ano, e a sua duração, seis meses em média, são inadequados e insuficientes na grade curricular dos cursos.

A coordenadora do curso de Medicina da Faculdade de Medicina da UNESP, campus de Botucatu, Eliana Cyrino diz que o problema já tinha sido detectado. “Por isso, há dois anos, acrescentamos um curso sobre o uso racional de medicamentos de 24 horas para os alunos do quarto ano, que cursam a disciplina Terapêutica Médica”, conta.

A iniciativa pioneira é resultado de uma ação conjunta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Organização Pan-americana de Saúde que promoveram, em 2002, cursos de formação para 64 docentes das escolas médicas paulistas ensinarem futuros médicos a prescrever medicamentos. “Ensinamos os alunos como racionalizar e escolher os medicamentos, sua efetividade, segurança, reações adversas e custo”, acrescenta a pneumologista Thais Queluz, docente responsável pela disciplina.

A médica foi convidada recentemente pela Anvisa, Ministério do Saúde e Ministério da Educação para preparar um curso nacional sobre o assunto, destinado a enfermeiros, farmacêuticos e médicos da rede pública de saúde, incluindo hospitais e unidades básicas de saúde. Ela informa que a FM oferece esse curso a distância (informações no site [www.emv.fmb.unesp.br](http://www.emv.fmb.unesp.br)).

Para o ex-coordenador do curso de Medicina da FM, o docente José Lucio Machado, que atuou na elaboração curricular da criação de seis cursos de medicina no País, o desconhecimento sobre fármacos e as falhas na boa prescrição médica são apenas algumas facetas das falhas do ensino de medicina no País. “É necessário que se pense a prática médica aliada a um processo de educação permanente do profissional que integre conhecimentos básicos e esteja centrada nos problemas mais relevantes e prevalentes da profissão”, conclui. (J. Z.)

## BIOCIÊNCIAS

# Sala móvel

Pesquisa premiada no Canadá



Daniela: relação entre informação visual e oscilação postural

Você já freou o carro bruscamente por ter a sensação de que ele estava se movimentando e depois descobriu que era o carro ao lado o que se mexia? Nesse caso, uma informação visual equivocada gerou uma reação motora. Com o objetivo de investigar a relação entre informação visual e oscilação postural em crianças, Daniela Godói apresentou a dissertação de mestrado *Efeitos da manipulação do estímulo visual no controle postural nas faixas etárias de quatro a quatorze anos de idade*, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Motricidade do Instituto de Biociências (IB) da UNESP, campus de Rio Claro. (Veja quadro.)

Pela pesquisa, a aluna recebe, em junho, em Vancouver, Canadá, o prêmio Graduate Student Research Award, oferecido pela North American

Society for the Sport Psychology and Physical Activity, como reconhecimento pela originalidade da contribuição à área de comportamento motor. “Este prêmio é importante para a inserção do Laboratório para Estudos do Movimento do Departamento de Educação Física do IB no cenário internacional, além de aumentar o intercâmbio entre os pesquisadores da UNESP e os estrangeiros”, afirma o docente José Angelo Barela, orientador de mestrado de Daniela.

O trabalho investigou a relação entre informação sensorial, neste caso visual, e atividade motora de 10 adultos jovens – com idade média de 22 anos – e 60 crianças entre quatro e 14 anos. Para realizar o estudo, os pesquisadores utilizaram uma sala móvel, na qual as paredes são montadas sobre rodas e podem ser movimentadas independentemente do piso. “O objetivo foi observar a relação entre a informação visual e a oscilação postural em diferentes frequências da sala móvel e distâncias entre a parede frontal da sala e os participantes, mostrando como a informação sensorial, no presente caso visual, afeta o movi-

mento corporal dos participantes, ainda que não seja uma ação consciente”, diz Daniela.

Ao alterar a distância entre os participantes e a parede, Daniela constatou que os grupos de adultos e adolescentes de 12 e 14 anos continuaram oscilando conjuntamente com a sala, independente da posição em que se encontravam. Já os grupos das crianças de quatro, seis, oito e dez anos, passaram a ser menos influenciados pela movimentação da sala com o afastamento da parede. “Isso indica que, nestes grupos, com o afastamento, a informação visual fica mais fraca, não sendo suficiente para influenciá-los da mesma forma como se estivessem próximos”, explica. “Além disso, as crianças também parecem ter dificuldade em usar a informação de maneira prospectiva para controlar a postura.”

Ela explica que para realizar qualquer tarefa, o corpo precisa de informações sensoriais – entre elas, as visuais – e que, por não conseguir utilizar essas informações de forma adequada, a criança não será capaz de realizar movimentos no momento certo. “Resolver essa dificuldade das crianças é o nosso próximo objetivo”, conclui.

## Ciências da Motricidade

Estudar o movimento é o principal objetivo do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade, do Instituto de Biociências (IB) da UNESP, campus de Rio Claro. “Investigamos como o movimento traz benefícios para os pessoas, desde os deficientes físicos e mentais até o atleta de alto nível”, afirma Lilian Gobbi, coordenadora.



Lilian e Kokubun (aos lados da esteira): movimento traz benefícios

O Programa, que iniciou os seus trabalhos em 1991, é voltado para os áreas de Biodinômico e Pedagogia da Motricidade Humana, e já formou cerca de 200 alunos. Hoje, existem 144 projetos sendo desenvolvidos em 12 linhas de pesquisa, por 80 alunos de mestrado e 10 de doutorado. A orientação é feita por 29 docentes, com o participação de 15 laboratórios do Departamento de Educação Física do IB.

Existem trabalhos desenvolvidos com idosos, diabéticos, hipertensos, obesos, deficientes físicos e mentais, doentes portadores do Mol de Parkinson, entre outros. “Hoje, sabemos que o exercício ajuda o prevenir e o retardar o envelhecimento, o evitar o perdo de controle sobre o corpo e até mesmo o melhorar o humor dos participantes”, afirma Eduardo Kokubun, docente do Programa.



Retrato de jovem (escrava?) não identificado, c. 1870, Alberto Henschel

## ESCRavidÃO

### Processos-crime

É na corrente da história regional que se insere este livro. Assessor-chefe da Assessoria de Comunicação e Imprensa da UNESP e doutorando em História na USP, o autor aborda a violência e a escravidão na cidade paulista de Botucatu, na segunda metade do século XIX. Segundo o historiador Paulo Alves, do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e professor aposentado da FCL da Unesp, *campus* de Assis, na apresentação do livro, “o texto flui sem ser uma narrativa clássica, articulando os diálogos nos processos com o discurso analítico do autor”. A base do trabalho são os processos-crime do século XIX, em que réus e vítimas são escravos que praticaram delitos passionais ou que, por motivos aparentemente fúteis, tiveram que enfrentar a Justiça e seus procedimentos formais. O livro mostra que o escravo em Botucatu geralmente não era um trabalhador do eito, mas exercia diferentes funções, como serviçal doméstico ou vendedor ambulante. “Por isso, suas relações com os senhores e os homens brancos eram relativamente flexíveis e atenuavam a condição de ‘ser escravo’ em Botucatu”, afirma Silva.

*Processos-crime: escravidão e violência em Botucatu* – Cesar Mucio Silva, Alameda Casa Editorial. Informações: (0xx11) 3862-0850. Lançamento: 30/06. Livraria Cultura – Conjunto Nacional, Av. Paulista, 2.073, loja 151, São Paulo, SP. Às 18h30.



Independência e liberdade, Tseng-Fang-Chien

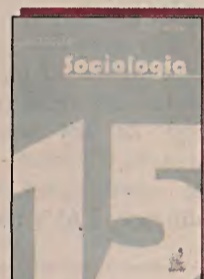


## REVISTA

### Estudos de sociologia

Publicação do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da UNESP, *campus* de Araraquara, a revista *Estudos de Sociologia* traz, neste número, uma reunião de artigos de estudiosos brasileiros e estrangeiros da área sociopolítico-econômica. Destaca-se o historiador inglês Perry Anderson, com o ensaio *Força e consentimento: aspectos da hegemonia americana*. O doutorando da FCL Agnaldo de Sousa Barbosa, por sua vez, realiza um balanço sobre as diversas interpretações do papel da burguesia industrial brasileira, enquanto a socióloga Maria Ribeiro do Valle, da mesma instituição, mostra os elos entre o pensamento do filósofo Herbert Marcuse e o conceito de violência revolucionária nos anos 1960. A evolução do pensamento de Marx e Engels sobre a Rússia dos czares e as diferenças de concepção entre os fundadores do comunismo crítico são abordadas por Marcos Del Roio, do Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da UNESP, *campus* de Marília.

*Estudos de Sociologia* – Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da UNESP, *campus* de Araraquara; número 15; 170 páginas. Informações: (0xx16) 3301 6219 ou cso@socrates.fclar.unesp.br



## HISTÓRIA

### Dimensões narrativas

Os textos reunidos neste volume foram inicialmente apresentados em simpósio temático organizado pelo Grupo de Trabalho de História Política, durante o XXII Simpósio Nacional de História da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh). Os ensaios estão reunidos em sete conjuntos. Participam da coletânea os docentes da UNESP Marisa Saenz Leme e Teresa Malatian, da Faculdade de História,



Crítica ao beija-mão da Corte no *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa (detalhe)



*As múltiplas dimensões da política e da narrativa* – Teresa Malatian, Marisa Saenz Leme e Ivan Aparecido Manoel (organizadores); Editora Olho d'Água; 320 páginas. Informações: (0xx11) 3673-9633, www.olhodagua.com.br

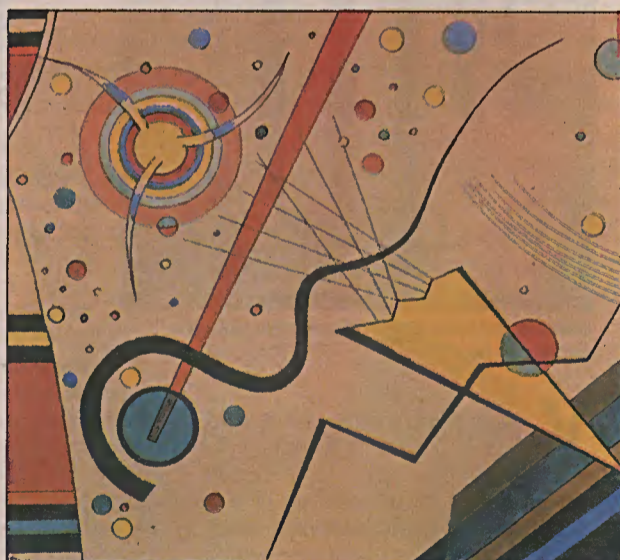
## REDAÇÃO CIENTÍFICA

### Para ser citado

Para Gilson Volpato, professor do Instituto de Biociências (IB) da UNESP, *campus* de Botucatu, um conhecimento só se torna científico quando passa a ser aceito e usado pela comunidade científica. O grande desafio dos docentes é publicar em periódicos de respeitabilidade internacional. Isso significa ser acessado por grande número de leitores, lido, entendido e, provavelmente, incluído em trabalhos posteriores. Para que isso ocorra, o autor oferece dicas em termos da escolha do objeto de pesquisa e da revista para onde será enviado o texto, além de conselhos sobre a estrutura do artigo e a redação. São incluídas também observações em relação ao título, resumo, introdução, métodos, resultados, discussão do tema e bibliografia. O livro reúne a experiência de 25 anos de atividades científicas do autor. “A redação deve ser fiel ao processo científico realizado. As palavras adequadas, a seqüência correta, as conexões lógicas e a escolha de literatura pertinente são elementos fundamentais para um bom texto científico”, afirma.



*Dicas para redação científica* – Gilson Volpato; Tipomic; 64 páginas. Informações: (0xx14) 3882-3093, tipomic@laser.com.br ou volpato@ibb.unesp.br



Voronec VI, Wassily Kandinsky

POESIA

# Metade da arte

Docente de São José do Rio Preto é indicado ao Prêmio Jabuti

OSCAR D'AMBROSIO

**N**a pintura impressionista, o artista capta as nuances de luz e as leva para a tela. Trata-se de um exercício que exige mais do que mera sensibilidade, mas também rigor e conhecimento técnico. É na junção da capacidade de captar o mundo com

filtros diferenciados e do domínio da prosa poética que Marcos Siscar, docente do Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Humanas (Ibilce) da UNESP, campus de São José do Rio Preto, atinge um denso resultado em *Metade da arte*.

Indicado para receber, na categoria Poesia, o Prêmio Jabuti 2004, cujos vencedores serão conhecidos em 5 de julho, o livro reúne versos do poeta produzidos entre 1991 e 2002. Os títulos de diversas partes indicam os caminhos percorridos pelo poeta. Imagens de barcos e rios, interpretações poéticas do mundo da psicanálise, visões de Paris, homenagens – mais ou menos explícitas – ao escritor argentino Jorge Luis Borges, um mago da palavra, entre outros artistas, como o italiano Eugenio Montale, são alguns dos citados, sempre com criatividade reverência.

*“O que é o rio o rio é uma ponte entre mundos distintos é uma estrada deitada sobre o abismo uma nascente a precipitar-se nas noites escuras é o abismo sertão da própria vereda refletindo o avesso de campos e matas perturba o sossego de toda a natureza.”*

Marcos Siscar

Doutor e Mestre em Letras, respectivamente pela Universidade de Paris VIII, com pesquisa sobre Jacques Derrida, e pela Unicamp, com obra sobre o poeta francês Tristan Corbière (1845-1875), Siscar inicia o livro com uma epígrafe do mais simbolista dos poetas românticos, Charles Baudelaire, que enfoca a transitoriedade e a fugacidade do tempo, um dos principais temas da arte de modo geral – e do docente do Ibilce em particular.

Não é arbitrário que a água surja numerosas vezes em seus poemas, seja na forma de rio ou como um elemento volátil que se ajusta a qualquer forma.

Nessa jornada poética, as referências à pintura e à literatura são constantes. É o que ocorre em “O acidente”, onde aparecem “populares em cores pastéis voltados/de costas na feira de cavalcanti (...)” ou ainda em “Carta a

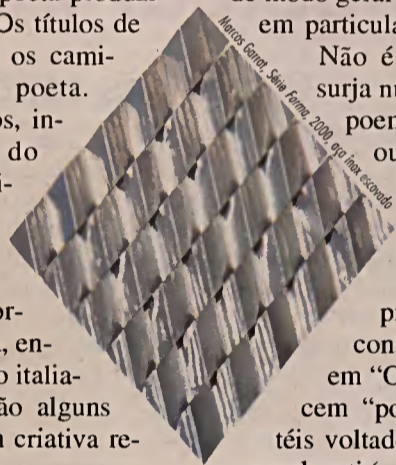
João Cabral”: “monoglotas austeros/ batem portas outros rangem/ pedras intempéries (...)”.

Siscar abraça o fazer poético com intensidade. Sua poesia fere como ferro pela capacidade de tocar em temas primordiais da existência humana. Seu pensar sobre o mundo não se atém a reflexões filosóficas, embora Voltaire e Hegel, entre outros estejam presentes. Seu universo é mesmo o das impressões, como comprova o poema “Saigon 6 horas da tarde”, em que a sombra de um ciclista parece extraída da famosa série do pintor Monet sobre a Catedral de Rouen em diversas horas do dia.

Há ainda no fluir das palavras de Marcos Siscar um surpreendente paralelo com a obra plástica do escultor paulista Marcos Garrot (veja imagens nesta página). Ambos, cada qual com o seu material, reúnem a mesma qualidade. Conseguem sintetizar pensamentos por meio de poéticas em que tudo parece estar no lugar exato e ter sido feito com extrema simplicidade, pois soam espontâ-

neas e naturais. O maravilhoso é que, num caso e no outro, o resultado, fascinante e aparentemente simples, esconde um cuidadoso processo de construção artística. Ambos lidam com a sua matéria-prima com desenvoltura, adquirida ao longo de anos de amadurecimento artístico. Siscar, ao trabalhar com palavras, atinge o estágio de uma “pedra afiada”, ou seja, tem a rigidez de uma obra consolidada e mantém a sua capacidade de desafio constante, como o aço frio de um punhal pronto a nos lembrar que somos humanos.

*Metade da arte* – Marcos Siscar; Coleção Às de Colete; Editora Cosac & Naify e Viveiros de Castro Editora; 176 páginas. Informações: (0xx11) 3218-1444 ou info@cosacnaify.com.br



TRIBUTO

## Testamento intelectual

Publicação homenageia o geógrafo cidadão

**G**anhador, em 1994, do Prêmio Internacional Vautrin Lud, o maior de sua especialidade, o geógrafo baiano Milton Santos (1926-2001), autor de mais de 40 obras publicadas no Brasil e no Exterior, teve uma vida ímpar. Alfabetizado pelos pais, professores primários, começa a dar aulas particulares de geografia aos 15 anos. Forma-se em Direito, mas continua lecionando a disciplina de sua predileção em escolas públicas, doutorando-se nela, em 1950, em Estrasburgo (França).

Preso durante cem dias, em Salvador, após o Golpe de 1964, exila-se voluntariamente na França, onde leciona na Universidade de Bordeaux e na Sorbonne, em Paris. Deu também aula na Universidade de Columbia, em Nova York e, acima de tudo, defendia a idéia de que “a geografia brasileira seria outra se todos os brasileiros fossem verdadeiros cidadãos”.

Santos, que recebeu da UNESP, em 1997, o título *Honoris causa*, recebe da Editora UNESP mais uma homenagem. O seu nome foi incluído na Coleção Perfis Brasileiros. O volume inclui uma entrevista realizada pelo sociólogo Jesus de Paula Assis, uma breve iconografia, o texto “Depoimentos sobre a geografia: testamento intelectual”, obra deixada incompleta, em dezembro de 2000, em que o geógrafo apresenta um testemunho pessoal sobre questões-chave envolvendo a evolução, os conflitos e as tendências do pensamento geográfico brasileiro, e uma lista dos principais livros do intelectual baiano.

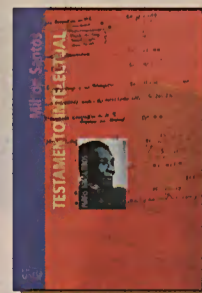


Santos (1926-2001): testemunho pessoal

O “Testamento intelectual” constitui um interessante texto para retomar aspectos muitas vezes esquecidos da evolução da geografia brasileira, para revisitar temas atuais sob o olhar de um apaixonado pelo Brasil e por suas contradições e ainda para conhecer melhor a biografia de Milton Santos, principalmente a sua relação com as correntes de pensamento que lhe foram contemporâneas.

Santos dizia desconfiar de tudo aquilo que lhe era apresentado como global, fosse a célebre aldeia ou a economia. O seu ponto de partida sempre foram os valores, que considerava de origem local, e que podiam, de acordo com a sua relevância, ganhar dimensão mundial. Aliás, como mostra o “Testamento”, a jornada intelectual de Milton Santos fez justamente esse percurso. Começou nas aulas com os pais em Brotas de Macaúbas e se cristalizou em serviços de consultoria para organizações como a ONU. Tudo isso sem nunca perder a simplicidade e a capacidade de raciocínio que ganhou o mundo e que o tornou, acima de tudo, um geógrafo cidadão. (O. D.)

*Testamento intelectual: Milton Santos* – Entrevista realizada por Jesus de Paula Assis; colaboração de Maria Encarnação Sposito; Editora UNESP; 140 páginas. Informações: (0xx11) 3242-7171.



PSICOLOGIA

# Perigo à saúde

Mercúrio altera nível de ansiedade

O mercúrio é um metal conhecido por sua utilização no garimpo de ouro e por seus efeitos prejudiciais à saúde. Recentes pesquisas mostram que o metal afeta, por exemplo, as funções neurológicas, gerando sintomas como dificuldade de aprender e ansiedade. Membro do grupo de estudos de Patologias Regionais da Amazônia, que conta com apoio de Capes, Fapesp e CNPq, e integra USP, UNESP, UFPA e UFPR, o psicólogo Amauri Gouveia Júnior – coordenador dos estudos na Faculdade de Ciências da UNESP, campus de Bauru – aponta que a contaminação de moradores da Região Norte do País é preocupante. “Lá, como existe uma grande concentração de garimpos, o número de pessoas contaminadas é maior”, diz.

As pesquisas coordenadas pelo psicólogo utilizam ratos e peixes da espécie conhecida como “paulistinha” nos testes com exposição ao metilmercúrio, elemento diferente do mercúrio. O mercúrio, por ser um metal muito volátil – ou seja, evapora muito facilmente –, condensa-se

juntamente com as nuvens e retorna à Terra com as chuvas, atingindo os rios, onde é incorporado por certas bactérias. São elas que o transformam em metilmercúrio, o elemento que contamina, de fato, os organismos vivos.

No estudo, os animais recebem as doses do composto por meio da alimentação, que é a maneira mais comum de intoxicação. “Ela também pode acontecer pela inalação do vapor de mercúrio ou pelo contato com o metal em forma líquida”, explica Gouveia. “Os resultados obtidos até agora mostram que o mercúrio altera o nível de ansiedade dos animais, que ficam mais agitados e revelam redução do medo.”

O principal efeito é que o peixe predador passa a falhar no momento da caça, enquanto a presa se expõe mais que o necessário. Nos estudos que o grupo vem fazendo com traças, percebeu-se que elas ficam mais apressadas e impulsivas.



Fotos: Regina Arelo



Divulgação

Gouveia (detalhe): pesquisa com “paulistinhas”

“O animal tem um momento certo para dar o bote e a ansiedade faz com que ele perca essa habilidade”, afirma Gouveia.

O docente lembra ainda que outra consequência da contaminação é o transporte do metal por meio da cadeia alimentar: “O

efeito do metal no organismo aumenta a cada nível da cadeia. É o que se chama de biomagnificação. Isso significa que se uma bactéria possui 10 microgramas de mercúrio no organismo, o peixe que a ingerir terá 100 microgramas e assim sucessivamente. Assim, os efeitos podem chegar até o homem, que utiliza o peixe na alimentação”, afirma.

EVENTOS

# Representações do negro

Pesquisadores participam de debates

Pesquisadores vinculados ao Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão (Nupe), da Pró-Reitoria de Extensão Universitária (Proex), participaram de importantes eventos no mês de maio. O jornalista Ricardo Alexino, docente do curso de Jornalismo da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação (Faac) da UNESP, campus de Bauru, e a filósofa Gislene Aparecida dos Santos, professora do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), campus de Presidente Prudente, integraram mesas de debate no I Seminário Internacional Mídia e Etnia, realizado nos dias 25 e 26 de maio último, no SESC/Paulista, na Capital. “O evento contou com a participação de pesquisadores de universidades nacionais e internacionais e discutiu como os meios de comunicação retratam os negros e afro-descendentes em todo o mundo”, explica Gislene.

Evento de igual importância ocorreu em 15 de maio, no Memorial da América Latina. Para traçar um perfil da qualidade de vida dos afro-descendentes no País, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra organizou, em parceria com o Governo Estadual, o I Seminário de



I SEMINÁRIO SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Batista: desigualdades raciais na saúde

Saúde da População Negra do Estado de São Paulo. Entre os palestrantes estava o sociólogo do Instituto de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde, Luís Eduardo Batista, pesquisador associado ao Nupe e responsável pela organização do 31º número do Boletim do Instituto de Saúde, publicação vinculada ao Seminário. “Procurei demonstrar como as desigualdades raciais também estão presentes na área da saúde”, diz Batista.



Alexino e Gislene: estudos sobre mídia e etnia



Fotos: Hélio Tolh

ESPETÁCULO

# Musical infantil

O som das estrelas

“Feche os olhos, tampe os ouvidos, respire fundo, prenda o ar e, depois, muito baixinho, conte até dez bem devagar.” Este refrão acompanhou docentes, alunos e ex-alunos do Instituto de Artes (IA) da UNESP, campus São Paulo, que realizaram, de 27 a 30 de maio, com mais de 80 crianças, no Sesc Pompéia, na Capital, temporada do musical infantil *Edu e a orquestra mágica*.

Os jovens e adolescentes que participam do espetáculo integram os projetos *Música na Escola*, voltados para orientação musical aos professores e alunos da Escola Estadual Seminário Nossa Senhora da Glória, em São Paulo, e *Educação Musical pela Voz*, realizado por alunos e ex-alunos do IA e direcionado para regência de voz infantil – ambos coordenados pela diretora do IA Marisa Fonterrada. “O musical permitiu que crianças e adolescentes se envolvessem com a música e com o teatro”, comenta Simone Petinelli, aluna do 3º ano de Artes Cênica do IA e diretora cênica do musical.

*Edu e a orquestra mágica* é baseado em uma das histórias contadas pelo musicista R. Murray Shaffer no livro *O Ouvido Pensante*, publicado pela Editora UNESP. Conta como um garoto distraído e disperso consegue, graças a um velho sábio, interpretado por Samuel Kerr, também docente do IA, ouvir o som das estrelas. O musical também conta com a participação de integrantes do Projeto Curumim do Sesc e com a atuação da banda Trombada AUÊ, formada por alunos do IA. “Acreditamos que a arte apura a sensibilidade humana e amplia sua capacidade de percepção, compreensão, organização e convivência”, conclui Marisa.

Maristela Garmes



Apresentações no Sesc: mais de 80 crianças em cena



EVENTOS DE JUNHO

**BOTUCATU**

02/06. Encerramento da exposição Anatomia Artística. Na Biblioteca do IB. Informações: (0xx14) 3811-6040.

**FRANCA**

01 a 04/06. VI Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões. No Salão Nobre da FHDSS. Informações pelo e-mail vicedir@franca.unesp.br

21 a 25/06. Programa de Prevenção ao Suicídio do CVV - Salão Nobre da FHDSS. Informações: (0xx16) 3721-4111 ou pelo site www.cvv.com.br/franca

**ILHA SOLTEIRA**

16 e 17/06. Workshop: "Concreto: durabilidade, qualidade e novas tecnologias". Na FE. Informações: (0xx18) 3743-1077.

**JABOTICABAL**

03 a 05/06. Simpósio de Cirurgia Veterinária - Grandes e Pequenos Animais. Na FCAV. Informações: (0xx16) 3203-1322 ou pelo e-mail eventos@funep.fcav.unesp.br

08 a 12/06. Curso Teórico-Prático de Odontologia em Pequenos Animais. Na FCAV. Informações: (0xx16) 3203-1322 ou pelo e-mail eventos@funep.fcav.unesp.br

09/06. Início do curso Análise Exploratória de Dados (Estatística Multivariada). Na FCAV. Informações: (0xx16) 3203-1322 ou pelo e-mail eventos@funep.fcav.unesp.br

**PRESIDENTE PRUDENTE**

03 a 05/06. I Seminário "Pesquisa em Educação: Formação de Professores". No Auditório (Discente V) e Anfiteatro I da FCT. Informações: (0xx18) 229-5352.

30/06 a 02/07. III Seminário Regional de Educação de Jovens e Adultos - "Educação ao Longo da Vida: um direito de todos?". Na FCT. Informações: (0xx18) 229-5388 ou pelo e-mail seminarioeja@yahoo.com.br

**REGISTRO**

15/06. Noite do Saber e Sabor Oriental. Na Associação Nipo-Cultural Brasileira, sede Bunkyo. Rua Cananéia, 165, Vila Tupi. Às 19h30. Informações: (0xx13) 3828-2900.

**RIBEIRÃO PRETO**

04 e 05/06. Curso Básico e Intensivo de Ultra-Sonografia Abdominal em Pequenos Animais. No Diagnóstico, Av. Antonio Diederichsen, 679, e no Hospital Veterinário Sumaré, Av. Itatiaia, 1050. Informações: (0xx16) 3203-1322 ou pelo e-mail eventos@funep.fcav.unesp.br

17 a 19/06. Curso Prático de Ortopedia (Básico). No Hospital Veterinário Sumaré, Av. Itatiaia, 1050. Informações: (0xx16) 3203-1322 ou pelo e-mail eventos@funep.fcav.unesp.br

**SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

02/06. Encerramento da I Semana de Física Biológica. No Ibilce. Informações: (0xx17) 221 2456.

07 a 09/06. I Semana de Química Ambiental. No Ibilce. Informações pelo e-mail semanadaquimica@yahoo.com.br ou pelo telefone (0xx17) 221-5023.

23, 24 e 25/06. III Simpósio de Linha de Pesquisa "Perspectivas Teóricas no Estudo da Literatura". No Ibilce. Informações: (0xx17) 221-2444.

**SÃO PAULO**

1º, 03 e 08/06. Curso: O Mercado de Livros para Escolas. Na Universidade do Livro. Praça da Sé, 108, Centro. Informações: (0xx11) 3242-9555 ou pelo e-mail universidadedolivro@editora.unesp.br

9/06. Último dia de adesão ao Plano Mais UNESP Saúde, com isenção da taxa de inscrição e redução de carências legais, exceto para partos e doenças preexistentes. Informações: 0800-771-5036 e duvidas@maisunesp.com.br

16/06. Lançamento do livro *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*, de Marco Aurélio Nogueira, docente da FCL, campus de Araraquara. Às 18h. Na Livraria Cortez. Rua Bartira, 317, Perdizes. Informações: (0xx11) 3864-0111.

17/06. Lançamento da Revista *Ciência em Extensão*. Às 18h30. Na Livraria da UNESP. Alameda Santos, 647. Informações: (0xx11) 252-0264/0267.

22/06. Festa em prol da Campanha do Agasalho. Na Reitoria. No 17º andar. A partir das 12h. Informações: (0xx11) 252-0554/0397/0440/0482 ou 0383.

29/09. Lançamento do livro *Com brasileiro não há quem possa* (Editora UNESP), de Fátima Martin Rodrigues Ferreira Antunes. Às 19h. Na Livraria UNESP. Alameda Santos, 647. Informações: (0xx11) 252-0630.



Tirapeli: análise estética e histórica

ARTES PLÁSTICAS

Igrejas paulistas

Livro recebe prêmio

O historiador, artista plástico e professor do Instituto de Artes (IA) da UNESP, campus de São Paulo, Percival Tirapeli recebeu, em 19 de maio último, no Centro Cultural do Brasil, em São Paulo, o Prêmio Sérgio Milliet, na Categoria Pesquisa, da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA). A lãurea, uma escultura do artista grego Nicolas Vlavianos, foi outorgada pela publicação do livro *Igrejas paulistas: barroco e rococó* (Editora UNESP e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo), em votação da qual participaram 84 críticos de arte de todo o País e brasileiros radicados no Exterior. "O trabalho ressalta a contribuição dos jesuítas para a arquitetura paulista", afirma o docente.

Na obra, Tirapeli seguiu os caminhos propostos e feitos, em 1937, pelo escritor Mário de Andrade e pelo fotógrafo Germano Graeser, percorrendo, com o fotógrafo Manoel Nunes, mais de 100 igrejas em 50 cidades. "Estruturei o livro seguindo as nomenclaturas por ele sugeridas à época como Caminhos do Litoral, Caminhos para as Minas e para o Sul", conta. "A análise estende-se até o neocolonial do século XX e contribui para a análise histórica e estética das igrejas paulistas do Litoral e dos vales do Tietê e do Paraíba."

MÚSICA

Casa nova

Parceria com Aliança Francesa

A Orquestra de Câmara da UNESP está de casa nova. A partir deste ano, o grupo se tornou residente da Aliança Francesa, em São Paulo, local onde ensaia e faz apresentações mensais. Composto por 10 músicos profissionais e quatro alunos do Instituto de Artes (IA) da UNESP, campus de São Paulo, a Orquestra - vinculada à Assessoria de Relações Externas da Universidade -, executou no mês de maio apresentações no IA, na própria Aliança, no Auditório do Hospital Santa Paula e no Pátio do Colégio, em São Paulo.

O repertório incluiu músicas de Christoph Gluck, Samuel Barber, Edvard Grieg e o *Concertino para Violão e Orquestra*, de Ferdinando Carulli. "Essa última teve participação especial do violonista Giacomo Bartoloni, docente do IA", informa o diretor artístico e o professor do IA Carlos Kaminski. As apresentações de maio - com o apoio do Banco Banespa e das fundações Vunesp e Fundunesp - foram regidas pelo sextanista do curso de Composição e Regência do IA Luciano Vazzoler. "Ao promovermos a mescla entre profissionais e estudantes, contribuímos para a formação de jovens músicos", conclui Kaminski. Informações: www.orquestradaunesp.mus.br



Apresentação no Hospital Santa Paula: regência de Luciano Vazzoler

PÓS-GRADUAÇÃO

Pensando a arte

Artistas refletem sobre a obra

Os artistas plásticos Rubens Matuck e Pillon Lulia estiveram, respectivamente, dias 7 e 21 de maio, no Instituto de Artes (IA) da UNESP, campus de São Paulo, participando da disciplina "A percepção e leitura da arte brasileira", ministrada pela psicóloga Claudete Ribeiro, dentro do curso de Pós-Graduação em Artes. Matuck, pintor e ilustrador, com trabalhos publicados na edição de maio do *Journal UNESP*, criticou a mitificação dos quadros de Van Gogh em função de sua conturbada biografia e não do valor intrínseco das pinceladas do artista. "Pintores muito melhores não recebem tanta atenção, porque têm uma vida pacata e sem lances rocambolescos", afirmou. "Também acredito que a universidade devia dar maior atenção ao conhecimento da arte que vem do Oriente, quase ignorada nos currículos."



Pillon Lulia: mala exposta no Sesc



Matuck: valorização do Oriente

Rosa Maria Pillon Lulia, por sua vez, fez uma reflexão sobre o próprio trabalho, principalmente da mala que apresentou na exposição *Uma viagem de 450 anos*, realizada de janeiro a fevereiro, no Sesc Pompéia, em São Paulo, em homenagem ao aniversário da cidade. "Ela conta parte de minhas raízes italianas da minha família e de como, do Interior, vim para São Paulo", explicou. Em junho, os artistas convidados são o escultor Toso, dia 4, e a pintora Da Paz, dia 18 de junho.

Encontro filosófico

Estudar Filosofia em uma cidade do Interior pode não ser o mesmo que estudá-la em uma grande cidade. Este será o tema central das discussões do I Encontro Científico de Graduação em Filosofia, na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da UNESP, campus de Marília. O evento contará com conferências, mesas-redondas e debates com profissionais experientes que falarão sobre esse e outros assuntos ligados à área. Segundo o professor Ricardo Monteagudo, da FFC, coordenador do Encontro, a distância dos grandes centros culturais - com importantes museus, exposições, peças teatrais, entre outros eventos - influencia no ensino da Filosofia. "A arte mostra o mundo e, como é ele o objeto de estudo da filosofia, estar longe dela tem uma consequência", explica. O Desafio acontecerá de 16 a 18 de junho, no Anfiteatro I da Faculdade de Filosofia e Ciências. Informações podem ser obtidas pelo telefone: (0xx14) 3402-1303 ou pelo e-mail saepe@marilia.unesp.br



L'Aube A. Coyenne, René Magritte

Desafio robótico

Em 5003 apenas robôs existem no planeta Terra, agrupados em pequenas colônias. Cada robô desempenha uma função específica - como em um formigueiro. A superfície da Terra é coberta por muitas pedras, alguns metais e ouro - muito raro. Esse é o ambiente que os robôs das equipes, alunos do primeiro ano do curso de Engenharia Mecatrônica, participantes do 2º Desafio Robótico da Unidade Diferenciada de Sorocaba/Iperó da UNESP irão enfrentar. Trata-se de robôs móveis autônomos, que funcionam segundo princípios da Inteligência Artificial, ou seja, sem intervenção humana. "Cada edição tem um novo objetivo. Neste ano cada robô tem de encontrar alguns recursos, metais ou ouro, e levá-los para dentro de sua colônia", explica o professor Alexandre Simões, coordenador do evento. "O Desafio permite que os alunos pratiquem o que aprendem em aula e estimula o desenvolvimento de novas tecnologias", afirma Simões. A atividade acontecerá nos dias 1 e 2 de julho, no Anfiteatro da UNESP-Sorocaba. Informações: (0xx15) 3238-3400.



Regina Agrella

Workshop em Cerâmicas



Modelagem em materiais, propriedades e caracterização, e síntese e processamento integram o Workshop em Cerâmicas Nanoestruturadas e Interfaces, que ocorre, de 14 a 16 de junho, com palestrantes convidados de EUA, Alemanha, Espanha e Brasil. O encontro, que conta com o apoio do CNPq, será realizado na Universidade Federal de São Carlos e tem em sua comissão organizadora, entre outros, José Arana Varela, do Instituto de Química (IQ) da UNESP, campus de Araraquara, e Elson Longo, da Universidade Federal de São Carlos, coordenadores do Laboratório Interdisciplinar de Eletroquímica e Cerâmica (Liec), que une pesquisadores das duas instituições. Informações pelo telefone (0xx16) 260-8214 ou no site www.rcni.lic.ufscar.br



# Museu movente

Livro relaciona *Em busca do tempo perdido* com as artes plásticas

**E**m *Literatura universal do século XX: principais correntes*, o crítico húngaro Miklós Szabolcsi aponta que *Em busca do tempo perdido* (1913-1927), de Marcel Proust, embora pareça, num primeiro momento, mostrar apenas a vida superficial da grande burguesia e da aristocracia francesa da década de 1880, enfoca, “com um instrumental delicado e exato, as mais novas dimensões da vida humana, do indivíduo e da sociedade, e superfícies da realidade que jamais haviam sido vislumbradas”.

Esse ponto de vista pode ser observado principalmente na maneira como o escritor francês desnuda o fluxo do tempo no que diz respeito a temáticas universais como o envelhecimento e ao papel da lembrança na existência humana. Assim, o mestre francês estabeleceu praticamente uma psicologia literária ímpar que constitui a matéria-prima de Aguinaldo José Gonçalves, professor aposentado do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce) da UNESP, campus de São José do Rio Preto, em *Museu movente: o signo da arte de Marcel Proust* (Editora UNESP; 284 páginas; informações: 0xx11-3242-7171. Lançamento: Pub Public, dia 30/06, R. Delfina 110, Vila Madalena, São Paulo-SP, às 19h).

A leitura que Gonçalves faz de Proust pode ser considerada a terceira grande incursão do docente no diálogo entre a literatura e as artes plásticas. Em 1988, no livro *Transição e permanência*, havia desvendado o diálogo entre as telas de Miró e os textos de João Cabral de Melo Neto e, em 1994, no livro *Laokoon revisitado*, mergulhou nas dimensões de trabalhos plásticos e literários cruciais para *Laokoon*, texto clássico de 1766 de Gotthold Ephraim Lessing.

Nessa perspectiva, os sete mesmo número de partes de *Em busca do tempo perdido* – capítulos de *Museu movente*, chamados por Gonçalves de movimentos, se interligam pelo talento de mostrar como, dentro de princípios de homologia estrutural, artes plásticas e literatura se encontram. O autor mostra como o estilo de Proust vale-se da palavra para atingir a dimensão do ícone. Assim, o texto passa a dialogar com a imagem e o professor do Ibilce verifica não só as citações que Proust faz de obras pictóricas, mas também discute qual a visão de arte do escritor francês.

Gonçalves estabelece, por exemplo, elos entre Giotto (c. 1266 -1337) e Proust. O artista italiano é um dos mais citados de *Em busca do tempo perdido* e, segundo Gonçalves, isso se daria pelo próprio estilo do pintor que, embora trabalhe em duas dimensões, consegue dar a sua obra um efeito de alto-relevo.

O trecho proustiano “o céu violeta parecia estigmatizado pela figura hirta, geométrica, passageira e fulgurante do sol” é utilizado para mostrar como o escritor francês obtém efeito semelhante, dando às palavras o valor de tintas, criando telas com vocábu-



Vista de Delft, de Vermeer (detalhe): consciência profunda da linguagem pictórica



Fragmento de *Ascensão de Cristo*, de Giotto (detalhe): pintura se aproxima da escultura



Reprodução

## Marcel Proust

### Experiências pessoais em forma de alegoria

Romancista, ensaísta e crítico francês, Marcel Proust (1871-1922) é autor de um dos maiores romances de todos os tempos, *Em busca do tempo perdido*. Com base em experiências pessoais relatadas de uma maneira alegórica, o protagonista Marcel conta desde as férias da infância com a família de classe média até a vida nos salões da elite parisiense do final do século XIX que passou a frequentar. A narrativa, em sete partes, desenvolve-se em diversos planos simultaneamente. Desse modo, Proust trata de temas como amor, arte e o poder de desintegração do tempo sobre a sociedade. (O. D.)

los e estabelecendo elos indissociáveis entre o seu texto e o que há de melhor nas artes plásticas. Se Giotto ultrapassa a pintura e se aproxima da escultura, Proust potencializa a literatura em direção a outras formas de expressão.

A capacidade de criar homologias entre sistemas signícos diferentes de Gonçalves é ainda mais evidenciada nas relações estabelecidas entre *Em busca do tempo perdido* e *Vista de Delft* (c. 1660), do artista flamengo Vermeer (1632-1675). A escolha se deu por vários motivos, entre eles o fato de o pintor ser, com 13 citações, o mais presente na obra analisada de Proust e porque o mencionado quadro desencadeou um dos momentos mais conhecidos e melhor escritos do universo do romancista francês. (Veja quadro.)

O escritor imaginário Bergotte morre justamente ao visitar uma exposição do mencionado pintor e, mais especificamente, na frente do referido quadro, durante o que Gonçalves chama de “contemplação estética”. São assim estabelecidas pontes entre o discurso verbal de Proust e os procedimentos estéticos de Vermeer. Ambos têm em comum – e é isso que os aproxima – um domínio e uma consciência profunda da função de suas respectivas linguagens.

De fato, a linguagem artística – seja ela pictórica ou literária – continua sendo o grande tema de Aguinaldo José Gonçalves. Isso se dá não só em seus ensaios acadêmicos, como *Museu movente*, mas também no livro de poesia *Vermelho* (2000), instante de criação repleto de homologias entre o fazer artístico, as manifestações visuais e o pensar crítico.

Ganha assim especial relevância, no presente livro, a seleção de 12 trechos de críticos que enfocam diferentes aspectos de *Em busca do tempo perdido*, como Georges Poulet, Roland Barthes, Julia Kristeva, René Girard e Gilles Deleuze, entre outros. A partir de *Museu movente*, pode-se inscrever nessa lista, sem medo de errar, o nome de Aguinaldo Gonçalves que, como aponta o prefaciador Claus Clüver, da Universidade de Indiana, “acrescenta uma visão e uma voz que lhe são bem próprias, moldadas por um envolvimento longo e duradouro com a poesia, com a pintura e com os signos e o poder da Arte”.

Progressivamente, em suas publicações, o docente do Ibilce vai abandonando a linguagem cifrada da crítica literária e linguística ou a expressão marcada por metáforas reservadas para iniciados, rumando para um encontro cada vez maior entre a inteligência da reflexão crítica e a beleza da linguagem poética. Seguindo esse caminho, Gonçalves vai derrubando as fronteiras entre a crítica e a poética, criando uma estética própria em que é possível criticar fazendo literatura e fazer literatura com profundo senso crítico.

Oscar D'Ambrosio